

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia – IE/UFRJ**

**A POLÍTICA ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO ARGENTINO PÓS-
2002: UMA AGENDA DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL**

BRUNO NEGREIROS CONCEIÇÃO

**Rio de Janeiro
2013**

**A POLÍTICA ECONOMICA E O DESENVOLVIMENTO ARGENTINO PÓS-
2002: UMA AGENDA DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL**

BRUNO NEGREIROS CONCEIÇÃO
DRE: 109003292

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro para
obtenção do título de Mestre em
Economia Política Internacional.

Profa. Dra. Maria Mello de Malta (orientadora)
Instituto de Economia/UFRJ

Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros
Instituto de Economia/UFRJ

Prof. Dr. Carlos Pinkusfeld
Instituto de Economia/UFRJ

Prof. Dr. Franklin Leon Peres Serrano
Instituto de Economia/UFRJ

FICHA CATALOGRÁFICA

C744 Conceição, Bruno Negreiros.

A política econômica e o desenvolvimento argentino pós-2002 : uma agenda de economia política internacional / Bruno Negreiros Conceição. -- 2013.
100 f. ; 31 cm.

Orientadora: Maria Mello de Malta.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

Bibliografia: f. 93-100.

1. Crescimento econômico - Argentina. 2. Política econômica – Argentina.
3. Subdesenvolvimento. I. Malta, Maria Mello de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 338.982

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que contribuíram e me ajudaram neste percurso. Agradeço à minha família pelo amor incondicional, e pelo amparo de todas as horas. Aos colegas de classe, por dividirem comigo todas as angústias e alegrias durante o curso. Aos meus professores, por todos os ensinamentos. Aos componentes desta Banca Examinadora, pelos comentários e correções a este trabalho, e pelo exemplo de economistas que são. Acima de tudo, à minha orientadora, pela maior lição que recebi, me mostrando toda tolerância, paciência e compreensão de uma pessoa verdadeiramente comprometida com seu papel de educadora.

RESUMO

Este trabalho analisa a retomada do crescimento argentino e a recomposição da renda de sua classe mais empobrecida como um resultado de um processo ativo do Estado, que ao mesmo tempo em que atinge esses objetivos não consegue superar os problemas estruturais do subdesenvolvimento. A importância do conjunto de eventos ocorridos na economia argentina desde 2001 reside, tanto na intensidade com que ocorreram, quanto no impacto gerador de uma considerável mudança dos paradigmas socioeconômicos que influenciam as políticas governamentais a partir de 2002.

Palavras-chave: Argentina, Subdesenvolvimento, *kirchnerismo*, novo-desenvolvimentismo.

ABSTRACT

This work analyses the reemergence of Argentinean economic growth and the recomposition of income of its poorest class as the result of an active process of the State, that at the same time is successful, doesn't solve the structural problems of underdevelopment. The importance of the events occurred in Argentinean Economy since 2001 resides, as much as in the intensity it occurred, as in the generating impact of a considerable change in socioeconomic paradigm that influences governmental policies after 2002.

Key-words: Argentina, Underdevelopment, *kirchnerismo*, new-developmentism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS ECONÔMICOS PARA A ANÁLISE DO CASO ARGENTINO	24
2.i OS FATORES DESENCADEANTES DOS CICLOS DE EXPANSÃO E RECESSÃO ECONÔMICA NA ARGENTINA.....	27
2.ii OS ANOS 1976 – 2001: A CONSTRUÇÃO DA CRISE DE CONVERSIBILIDADE ARGENTINA.....	33
3. CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO: A ECONOMIA POLÍTICA ARGENTINA NO SÉCULO XXI	41
3.i INTRODUÇÃO.....	41
3.ii ASPECTOS POLÍTICOS DA RETOMADA DE CRESCIMENTO ARGENTINO PÓS-CONVERSIBILIDADE	44
3.iii DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL E RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA ARGENTINA	51
3.iv DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RECENTE NA ARGENTINA: EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS ECONÔMICOS	57
3.v A EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES SOCIAIS DA ARGENTINA PÓS-2002 ..	71
3.vi O CICLO ECONÔMICO ARGENTINO ATUAL: UMA ABORDAGEM PENDULAR.....	82
4. CONCLUSÃO	86
5. BIBLIOGRAFIA.....	93

INTRODUÇÃO

A virada para o século XX foi marcada por profundas transformações sobre o processo de acumulação de capital. A Revolução Industrial já havia condicionado os marcos para o desenvolvimento econômico de todos os países do mundo. Vias alternativas de crescimento alçavam novos atores concorrentes para questionar a supremacia inglesa. As várias formas de combinação do capital na sua tendência a se monopolizar geravam enormes conglomerados capitalistas, em particular, os cartéis alemães e os *trustes* americanos¹. A competição econômica mundial acirra-se, não só entre empresas, mas entre Estados-Nação que disputam por maiores taxas de crescimento econômico e áreas de influência globais.

A tendência geral observada no sentido de uma centralização cada vez maior do capital é logo interpretada como sinal claro de crise do sistema². Os grandes conglomerados monopolistas passam a competir pela dominação de mercados na integração de diferentes economias nacionais numa economia de escala mundial. A expansão desse capital

¹ Ver HOBSON, 1906.

² Ver HILFERDING, 1910.

financeiro cristaliza-se, e quanto mais se fortalecem as economias nacionais, mais fortes são seus interesses internacionais e sua interdependência com a economia internacional.

Ademais, a Revolução Russa de 1917 se torna inspiração para a proliferação de novas ideias que questionavam as relações de dependência entre os países. As teorias imperialistas passam a se espalhar pela periferia mundial, gerando adaptações e novas interpretações para a explicação da reprodução do sistema mundial. Logo, a polarização das ideologias passa a ter profunda relevância nos acontecimentos dos países atrasados. A exacerbação das disputas imperialistas entre os países mais avançados acaba culminando na I Guerra Mundial (1914 até 1919).

O pós I Guerra Mundial é um período de profunda instabilidade no plano geopolítico mundial. Os países europeus concentram-se na recuperação de suas economias, o que acarreta uma fase de reordenação da tradicional divisão internacional do trabalho. A Crise de 1929 funciona como argumento derradeiro para a restrição do liberalismo internacional e a expansão de estratégias nacionais de desenvolvimento tendo o Estado como ordenador econômico principal. A ordem liberal é profundamente abalada, e o planejamento econômico durante os esforços de guerra demonstrara a capacidade do Estado de ordenar uma economia nacional.

Ao longo da história econômica mundial, todos os países que conseguiram alcançar níveis de desenvolvimento equiparáveis ao de uma nação rica adotaram, de uma forma ou de outra, uma estratégia de desenvolvimento nacional ou de competição internacional (CHANG, 2004). A começar pela Grã-Bretanha, todos os países se apoiaram numa estratégia nacional de desenvolvimento para realizar suas revoluções industriais e continuar a se desenvolver. Por uma estratégia nacional de desenvolvimento, me refiro a uma estratégia que leva em conta um conjunto de idéias, valores, leis e políticas orientadas para a aceleração do crescimento econômico e ao proporcional aumento de bem-estar social ocasionado pelos ganhos de produtividade do trabalho, com aumento da renda *per capita* e crescimento do padrão de vida da população, sob a liderança estratégica do Estado e centrado em desenvolver um processo de industrialização, capaz de fortalecer o mercado interno e garantir uma inserção internacional soberana.

Enquanto isso, as nações latino-americanas, que passaram por uma longa experiência colonial ainda enfrentam, até hoje, um ranço de dependência ideológica que acaba travando o seu processo de desenvolvimento econômico. O quadro tradicional do seu desenvolvimento, emoldurado pela divisão internacional do trabalho que surgira na época do Pacto Colonial e se consolidou na primeira fase da Revolução Industrial, contribuiu para ratificar a fragmentação que prevaleceu no processo de formação política latino-americana.

Cabe referir-se, a propósito da formação dessa consciência regional, à evolução das relações com os países hegemônicos do Capitalismo. O controle de grande parte das fontes de matérias-primas regionais por firmas estrangeiras criou vínculos de estreita dependência, vis-à-vis os interesses das nações ricas, na maioria dos países latino-americanos, particularmente, na área do Caribe. A partir da Primeira Guerra Mundial, os capitais norte-americanos substituíram os capitais europeus no controle dos serviços públicos da quase totalidade dos países da América Latina.

Mais adiante, já a partir do segundo conflito mundial, a penetração americana ganhou grande impulso também no setor manufatureiro, exatamente, aquele que, à época, experimentava a mais rápida expansão. Neste ponto, cabe reconhecer que as empresas privadas multinacionais tiveram um papel fundamental no desenvolvimento contemporâneo latino-americano³. Este movimento, que tem suas raízes na própria evolução estrutural do sistema mundial capitalista, promove a concentração do poder econômico de forma cada vez mais intensa, enquanto a estrutura funcional e geográfica das grandes empresas aumentam cada vez mais a sua diversificação. Desta forma, configurou-se uma clara situação de dominação econômica do conjunto regional latino-americano pelos países centrais do capitalismo mundial, situação que tenderia a se institucionalizar através de um conjunto de órgãos internacionais com forte influência na região. Essa institucionalização contribuiu, evidentemente, não apenas para consolidar o regime de tutela que se criara, mas também para precipitar a tomada de consciência da necessidade do reforço dos vínculos e

3

“O ambiente geográfico e institucional no qual se localizam as empresas exerce grande influência na capacidade de inovação. Cassiolato e Lastres (2003) enfatizam a necessidade de contrapor a dimensão global do processo produtivo com o caráter localizado e específico dos processos de aprendizado e inovação. A difusão do conhecimento tácito é facilitada pela proximidade espacial, devido as oportunidades de aprendizado por interação entre agentes econômicos e instituições de ensino e pesquisa, principalmente em regiões que reúnem massa crítica tecnológica, conhecidas na literatura como ‘learning regions’ (TIGRE, 2006: 137)

“(…) Os ambientes culturais, educacionais e os incentivos locais são fundamentais para a inovação.” (TIGRE, 2006: 169)

articulações latino-americanas capazes de influir e modificar significativamente as condições de diálogo com as nações mais ricas.

Foi neste contexto que, a partir de 1930, com maior ênfase após os anos 1950, os países latino-americanos adotaram uma estratégia de desenvolvimento nacional que pode ser considerada bastante bem sucedida. Tais estratégias, convencionalmente conhecidas como nacional desenvolvimentismo⁴, se basearam em grande parte na teoria histórico-estruturalista latino-americana que preconizava que as economias da região eram subordinadas às economias dos países centrais, fruto da posição pelas quais foram inseridas no Sistema Econômico Mundial. As formulações teóricas de interpretação sobre esta dependência se fundam na dinâmica das relações entre centro e periferia, seminalmente desenvolvida por Raul Prebisch (1949). O ponto de partida desta idéia é a composição da economia em dois pólos, o “centro” e a “periferia”, onde as estruturas de produção de cada pólo diferem substancialmente entre si: o centro é tido como homogêneo e diversificado; a periferia, entretanto, é heterogênea e especializada, nela convivem atividades econômicas com significativas diferenças de produtividade.

Todos os desafios que os países em desenvolvimento enfrentaram nos anos 1950, quando a controvérsia sobre o desenvolvimento econômico foi levantada por diversos teóricos (conhecidos como os *Pioneiros da Teoria Econômica do Desenvolvimento*) variavam, enormemente, de acordo com o estágio de desenvolvimento de cada país.

O que se pregava, na época, era a idéia de que primeiro, os países deveriam realizar a acumulação primitiva capaz de gerar uma classe capitalista, para depois, serem capazes de completar sua modernização, via implementação de um sistema político e econômico nos moldes do capitalismo europeu. Tais preceitos estavam fortemente baseados na crescente importância que a participação dos Estados vinha assumindo nas estratégias nacionais de desenvolvimento, à época.

A ascensão do comunismo e a experiência de economia de guerra vivida por grande parte dos países europeus, durante as duas grandes Guerras Mundiais haviam

⁴ “O (nacional)-desenvolvimentismo foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral considerada como forma de superar o atraso e a pobreza (...); através da presença do Estado na administração direta de atividades econômicas (...).” (BIELSCHOWSKY, 1995: 77).

demonstrado claramente a importância da formação de um Estado realmente nacional e atuante na economia para o seu processo de industrialização. Mesmo assim, muitos países eram acusados de praticar populismo econômico e de gastar irresponsavelmente mais dinheiro do que recebiam⁵. Observa-se nisso um argumento ideologicamente orientado, uma vez que a opção de incorrer em déficits ou superávits são estratégias igualmente legítimas e, portanto, escolhas políticas de administração orçamentária de economias soberanas⁶.

O modelo latino-americano de rearranjo de poderes, a aliança entre a aristocracia agrária e a incipiente burguesia industrial estabelecem novos ditames para os arranjos econômicos da região⁷. Os Estados continuavam a praticar medidas protecionistas em relação à economia agro-exportadora, mas ao mesmo tempo, lançaram mão de uma ousada política de substituição de importações⁸; processo que impulsionou o desenvolvimento industrial dos países da região, fortemente fundamentado pela importação de tecnologia e financiamento externo.

Dotados, agora, de uma moderna classe empresarial, uma forte classe média profissional, uma ampla classe assalariada e com instituições básicas necessárias ao crescimento econômico, os países latino-americanos se depararam com o desafio de provar que eram capazes de crescer rapidamente e alcançar gradualmente os níveis de desenvolvimento dos países ricos. Cada vez mais, as relações econômicas passaram a ser subordinadas ao processo de internacionalização dos grandes capitais monopolistas mundiais, o que impôs restrições ao potencial de expansão da indústria nacional e à sua integração ao mercado interno, dificultando a homogeneização das estruturas de produção e acorrentando a economia ao endividamento.

⁵ Kalecki (1944) avalia que "(a)s razões para a oposição dos 'líderes industriais' para a obtenção do pleno emprego através do gasto do governo pode ser subdividida em 3 categorias: i) desprezo à interferência governamental na problemática do emprego; ii) desaprovação da direção do gasto público (investimento público e subsídio ao consumo); iii) desaprovação das mudanças políticas e sociais resultantes da manutenção do pleno emprego".

⁶ Seguindo as finanças funcionais de Abba Lerner, pode-se demonstrar como um governo soberano que emita e controle sua própria moeda pode utilizar políticas fiscal e monetária para administrar a economia de um país e obter pleno emprego sem provocar inflação de preços.

⁷ Ver BORIS FAUSTO, 1972.

⁸ **Substituição de importações:** Segundo Tavares (1973), designa um processo de desenvolvimento característico dos países em desenvolvimento. Historicamente, os processos de substituição de importações foram desencadeados por fatores políticos ou econômicos, e foram resultado de ações planejadas ou imposição das circunstâncias. Se refere a um modelo de planejamento a favor da Industrialização Tardia de caráter meramente capitalista implantado em muitos países da América Latina, como o Brasil, o México, a Argentina e na África, a África do Sul.

“As transformações das estruturas embutidas no duplo esforço de substituição dinâmica de importações e de reforçamento da inserção internacional conduziram, pelo simples fato de dilatar os prazos de recuperação das inversões, a um sensível aumento da participação do Estado nas atividades produtivas. (...) A conseqüente necessidade de ampliar as fontes de financiamento do Estado deu origem a novas formas de poupança compulsória e a uma forte expansão da dívida”. (FURTADO, 1982: 38)

Tal lógica de organização econômica, voltada para reprodução de modelos importados e de subordinação a órgãos de financiamento internacional, não permitiu a plena autonomia dos processos decisórios. A forte orientação para atender interesses provenientes do exterior, presente nos países da América Latina, contribuiu para a reprodução das heterogeneidades estruturais do continente. Enquanto o setor dinâmico da economia se pautar por fornecer produtos de baixo valor agregado para o comércio exterior, dificilmente será possível integrar o mercado interno de maneira eficiente. A interação entre estágios de produção distintos dentro de um mesmo sistema nacional caracteriza o subdesenvolvimento, em última instância. Está no cerne desse sistema, a construção de centros de decisão internos que também reproduzam o padrão ideológico ditado pelos países centrais:

“O sistema de divisão internacional do trabalho, que permitiu aos países latino-americanos iniciarem o seu desenvolvimento no século XIX, criava relações assimétricas que se traduziam em uma estreita dependência dos países exportadores de matérias-primas para com os centros industrializados. O desenvolvimento das relações econômicas internacionais não se fazia apenas sob a forma de crescente intercâmbio entre as diversas nações, mas também mediante a criação de pólos de comando que detinham o controle dos fluxos financeiros; que orientavam as transferências internacionais de capitais; que financiavam estoques estratégicos de produtos exportáveis; que interferiam na formação de preços, etc. A expansão do excedente exportável em um país latino-americano dependia, quase sempre, de investimentos infra-estruturais financiados com capitais estrangeiros, que se tornavam acessíveis quando a inserção do incremento de produção nos mercados internacionais correspondia às expectativas dos centros de comando da economia mundial”.(FURTADO, 1970: 221).

Mudanças significativas, mas de caráter conservador, ocorreram na política global após a crise do padrão monetário e o rompimento do acordo de Bretton Woods. A exaustão da estratégia de substituição de importações conduzida pelos Estados Nacionais, somada ao predomínio da interpretação da “dependência associada” na América Latina no início da década de 1970, além da crise da dívida externa da década de 1980, foram decisivos para a falência do projeto nacional desenvolvimentista latino-americano. Já desde o final dos anos 1980, após anos de crises de dívida externa, conjuntamente, com altas taxas de inflação, uma redefinição da estratégia de desenvolvimento latino-americana se tornou inevitável.

No contexto internacional, a globalização veio acompanhada do êxito norte-americano em espalhar “forçosamente” a implementação de um grupo de políticas macroeconômicas de cunho ortodoxo e reformas institucionais orientadas para o mercado e para a liberalização financeira. Tal ideologia do “Mercado” contra o “Estado” se projetou de forma maléfica sobre a América Latina. Na ânsia de obter melhores condições de negociação com os órgãos internacionais (FMI e BID), diversas nações da nossa região seguiram à risca a cartilha que as nações ricas ofereciam aos países em desenvolvimento⁹.

A conjuntura externa marcada pela crise do Estado do Bem-Estar Social, ascensão de governos ultra-liberais conservadores nos EUA e na Grã-Bretanha, e a desregulamentação e internacionalização financeira contribuíram para a ascensão de uma terceira via de diretrizes para política econômica, fortemente voltada para acumulação financeira. A ortodoxia econômica convencional, apresentada numa roupagem de receituário médico, se espalhou pelo continente sob a alcunha de Consenso de Washington

– uma estratégia baseada nas ideias de desregulação dos mercados, crescimento sustentado por investimento externo, privatização da economia, manutenção de altas taxas de juros e do câmbio sobrevalorizado.

Esse período ficou marcado pelo neoliberalismo, e na América Latina durou aproximadamente 10 anos. Após as graves crises cambiais experimentadas pelo México em

⁹ O **Consenso de Washington** é a forma efetiva pela qual a ideologia liberal e globalista assumiram no plano das políticas econômicas recomendadas para os países em desenvolvimento. Williamson (1989) descreve uma prescrição de 10 reformas econômicas padrões que países em desenvolvimento deveriam perseguir: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas), direito à propriedade intelectual.

1994, Brasil em 1998 e Argentina em 2001, o fracasso de tal estratégia tornou-se evidente por tere provocado insustentáveis desequilíbrios no Balanço de Pagamentos dos países da região, e não ter sido capaz de gerar melhoras significativas no padrão de vida da população. Juntamente com esse processo, o movimento de globalização se tornou cada vez mais forte nos países latino-americanos. Deste modo, formalizou-se, cada vez mais intensamente, um quadro político no qual a preocupação com a promoção do crescimento econômico combinada à redução da desigualdade social se tornou imperativa para as estratégias bem sucedidas de manutenção do poder político local. Assim, o papel das estratégias de desenvolvimento nacional e do Estado torna-se um elemento chave na análise da evolução socioeconômica de qualquer país.

A partir de 1990, começou uma era de profunda reestruturação da economia política global e a aceleração de padrões de consumo intensivo em energia e recursos naturais. As formas anteriores de “proteção social” foram paulatinamente suplantadas por sistemas previdenciários privados financiados por capitalização. Percebe-se um nítido esforço de vários setores da sociedade procurando reformular o significado da política na organização da vida cotidiana, maquiado pelo discurso da globalização. Identifica-se a ascensão de uma agenda ultraliberal que atendia aos interesses do capital financeiro internacional e que espalhou pela América Latina um receituário de políticas privatizantes. Mais uma vez, a América Latina foi o laboratório de testes dessas políticas socioeconômicas.

Porém, a estratégia de crescimento econômico preconizada pela ortodoxia convencional rapidamente apresentou sinais de esgotamento do Centro `a Periferia do Sistema Mundial. Seus pilares de sustentação foram exatamente a causa de sua inviabilidade. Na América Latina, diversos países apresentaram déficits insustentáveis nos seus Balanços de Pagamentos, e algumas economias sofreram fortes ataques cambiais – México, Brasil, Argentina, para citar os casos mais emblemáticos. Por isso, a partir dos anos 2000, após o fracasso da estratégia neoliberal produzir suas graves consequências, provocando repetidas crises do Balanço de Pagamentos, sem apresentar melhoras no padrão de vida das suas populações, os países da América Latina começaram a traçar novos percursos em busca de suas estratégias nacionais de desenvolvimento socioeconômico.

As antigas formas de progresso foram ultrapassadas¹⁰ e as vanguardas políticas e culturais se tornaram obsoletas, pois priorizavam a política da produção em massa. Novas formas de ação política emergiram no continente, tentando lutar para desenvolver as condições de existência de seus países conforme o novo contexto geopolítico. Nesse caso, faz-se mais do que presente o caráter da dependência da América Latina em relação aos países centrais. No entanto, recomenda-se ter uma compreensão mais abrangente das condições de existência relativas a cada país da região, senão, os mesmos tipos de erros continuarão a ser repetido e, as suas conseqüências nefastas se perpetuarão, retardando o almejado desenvolvimento regional.

Não deve, portanto, provocar qualquer surpresa, uma vez que o Consenso de Washington ao invés de gerar crescimento, causou instabilidade financeira e aumento das desigualdades sociais, a forte e generalizada reação aos seus conceitos e orientações que tomou conta da região. Desde o início dos anos 2000, está em curso nos países da América Latina um intenso processo de redefinição das estratégias nacionais de desenvolvimento. As expressivas votações obtidas por líderes políticos de centro-esquerda e viés nacionalista indicam a ocorrência desse fenômeno, no nível político, começando pela Venezuela, incluindo a Argentina, o Brasil, o Equador, a Nicarágua, o Paraguai e Santo Domingo. No nível econômico, tendo como referência o êxito dos países asiáticos em crescimento rápido, a formulação de uma alternativa de desenvolvimento latino-americano também começou a ganhar corpo. Alguns autores já começam a chamá-la de “novo-desenvolvimentismo”¹¹.

Com objetivo de permitir aos países em desenvolvimento estruturarem de forma autônoma, ainda que orientada pelo mercado, uma política de desenvolvimento com ampla participação do Estado que garanta altas taxas de crescimento e redução da pobreza absoluta, o “novo-desenvolvimentismo” pretende se apresenta como alternativa de concepção tanto no âmbito da política, quanto no âmbito da economia. No entanto, para que uma análise estrutural possa ser completa, será ainda preciso levar em conta as

10

“A economia dos países desenvolvidos tem se movido para a economia dos serviços, mais intensivos em informações. Sendo assim, sua prioridade é comercializar serviços avançados, como telecomunicações, serviços técnicos e produções culturais. Para isso, observa-se um contínuo aumento da proteção à propriedade intelectual por meio da extensão dos prazos de proteção e da abrangência dos produtos patenteáveis, incluindo software e organismos geneticamente modificados”. (TIGRE, 2006: 160)

¹¹ Ver BRESSER-PEREIRA, 2006; e CASTELO BRANCO, 2009.

diferentes conjunturas econômicas, os padrões de desenvolvimento existentes na América Latina, bem como as especificidades de cada caso nacional.

Tendo a ascensão e construção da estratégia “novo-desenvolvimentista” latino-americana como pano de fundo, este trabalho se propõe a analisar e discutir o estilo de desenvolvimento argentino mais recente.

Apesar do objetivo deste estudo não envolver a América Latina como um todo, utilizá-la-ei recorrentemente como base de comparação. A metodologia adotada na presente dissertação continua fiel ao esforço de se considerar, principalmente, os pontos em comum do pensamento latino americano sobre subdesenvolvimento e dependência. Ao mesmo tempo, as análises serão permeadas pelas matrizes históricas do subdesenvolvimento argentino, a fim de se avaliar em que medida elas conseguem efetivamente demonstrar as dinâmicas de dependência e desenvolvimento econômico dos países periféricos.

O trabalho adota a Argentina como caso emblemático por ser considerado um país que sempre se apresentou como um caso especial que merece ser estudado com bastante determinação. Rostow¹² costumava citá-lo como exemplo de economia que se encontrava na etapa de decolagem para o crescimento auto-sustentado – porque apesar de sua estrutura econômica e social ainda instável, possui grandes semelhanças com os países definidos como dinâmicos e desenvolvidos - setor agropecuário integrado, alta produtividade, renda *per capita* duas vezes acima da média latino-americana até 1980, e apenas 25% de sua população ocupada com atividades agrícolas¹³. Esta realidade é ainda mais intrigante quando se observa que o país dispõe de níveis educacionais e padrões institucionais que se assemelham aos das sociedades mais desenvolvidas; além de contar, faz várias décadas, com o “instrumental político e administrativo necessário para alcançar uma razoável fluidez na utilização dos recursos disponíveis para a canalização adequada dentro de seu processo dinâmico de desenvolvimento” (FERRER, 2004: 240, *tradução livre*). A Argentina sempre se orgulhou de ser o maior pólo da modernização latino americano. De todos os processos

¹² W. W. Rostow (1959) sugeriu que os países passam por cinco etapas de desenvolvimento. Em seu clássico livro *Economic Growth...* utilizou a Argentina de 1914 como um exemplo da etapa de decolagem (take off) representado pelo período em que as obstruções e resistências ao desenvolvimento são superadas, e a economia começa a experimentar um crescimento dinâmico.

¹³ Ver CEPAL, 2006.

políticos e econômicos que se espalharam pela região, a Argentina esteve sempre entre os precursores de praticamente todas as tendências.

Nas últimas duas décadas do século XX, a Argentina passou por vários ciclos de instabilidade política e econômica, que se manifestaram em crescentes índices de inflação, desemprego e desequilíbrio orçamentário. Depois de várias tentativas de estabilização frustradas, nos anos 1980, os anos 1990 foram marcados por uma opção de se seguir quase que à risca a cartilha neoliberal preconizada pelo Consenso de Washington. O tipo de ajuste macroeconômico executado foi complementado pela renegociação da dívida externa, privatização dos serviços públicos e dos setores elétrico e petrolífero na década 1990. A formação do MERCOSUL e a desregulamentação dos mercados mundiais de capital e mercadorias estimularam a reorganização da economia argentina, apresentando forte expansão real no período 1991-97 (MECON, 2007).

A partir do ano 1998, porém, começou um longo período de recessão, fato que ocasionou uma grave crise econômica e política que teve o seu ponto mais crítico em dezembro de 2001. Esse período recessivo se prolongou até o segundo trimestre de 2002, quando a observação dos indicadores macroeconômicos da economia Argentina começaram a autorizar a interpretação de que havia claros sinais da sua recuperação. Por outro lado, uma análise de sua política econômica permite relacionar tal movimento de recuperação com uma intensa reordenação estatal da economia. Deste modo, encontra-se consistente sustentação para os argumentos de autores que sugerem que a Argentina poderia ser um exemplo clássico de uma nova estratégia de desenvolvimento.

Todavia, só crescer não seria suficiente para caracterizar essa interpretação. Uma conjunção de crescimento econômico sustentado pela atuação do Estado, que se opõe às políticas econômicas ortodoxas implementadas nos anos 1990¹⁴, com um governo que tem destinado um montante considerável de verba para programas sociais de transferência de renda para os desempregados¹⁵ compõem melhor o quadro do que se convencionou chamar

¹⁴ Ver BRESSER PEREIRA, 2009b.

¹⁵ Ver CONCEIÇÃO, 2007 para obter um exemplo.

estratégia novo-desenvolvimentista. A estratégia argentina tem exatamente esta marca e com ela articula-se também um processo de reestatização sem precedentes no país.

No entanto, ainda existe um certo saudosismo latente no imaginário da opinião pública argentina, que não esquece a era de ouro da economia argentina associada à ideologia liberal¹⁶, representando um empecilho cada vez maior para a implementação das novas políticas. Em tempos de crise econômica que se espalha por diversos países do mundo, o caso argentino pode servir de exemplo de superação, apontando novas propostas de políticas econômicas, comprometidas com uma sociedade mais justa, ou pelo menos, que discutam e evitem os erros do passado que não devem ser esquecidos para jamais serem repetidos.

A hipótese de trabalho da pesquisa que organiza esta dissertação assume que a atual ordem econômica Argentina não pode ser identificada com um “padrão populista” de desenvolvimento¹⁷, mas sim um retorno às políticas organizadas pelo Estado com fins de recuperar o crescimento na tentativa de sanar as mazelas da pobreza absoluta. Esta seria, a rigor, a principal característica do projeto “novo-desenvolvimentista” predominante na América Latina.

Entretanto, começa a se configurar uma nova lógica de ciclos econômicos que, não tão homogêneos quanto possam parecer, aponta para a consolidação de um processo de reprimarização da economia atrelada à construção de um modelo de desenvolvimento com crescente primazia do setor financeiro em contraposição aos setores produtivos, e, portanto, bastante distanciado das políticas preconizadas pelos teóricos estruturalistas dos anos 1950.

Por isso, situar o fenômeno argentino de 2001 como ponto de ruptura do debate econômico é importante. A crise institucional e política ocorrida na Argentina, no final de 2001, e o posterior abandono do sistema de convertibilidade da sua moeda, melhorou a

¹⁶ Ver INTRODUÇÃO de A Ordem do Progresso de MARCELO PAIVA ABREU (org), 1990, p.8: “(...)No Brasil não prosperou a adesão acrítica ao *laissez faire* que, por exemplo, iria marcar por tantos anos a ação política da classe dominante na Argentina e, portanto, a formulação e a implementação da política econômica.”

¹⁷ Muitas experiências de políticas focadas para o desenvolvimento econômico e modernização ocorridas na América Latina foram acompanhadas de grande apelo popular. Invariavelmente, essas experiências foram classificadas de populistas como forma de estigmatizar, minimizar ou desqualificar seus impactos positivos (Ver FERREIRA, 2001). Facilmente, consegue-se chegar à relação entre a construção de um projeto político que intente por desfazer as amarras da dependência econômica e estabelecer um estado forte, com a necessidade de se apoiar nas bases populares. Sobretudo, atender a demandas populares, por si só, tende a ser algo positivo, do ponto de vista humano. Concretamente, o que pode ser nocivo são outras características relacionadas a governos populistas, como práticas ditatoriais, abusos de poder, uso da máquina de estado, corrupção. Entretanto, tais práticas também podem ser relacionadas a quaisquer regimes, inclusive considerados não populistas.

competitividade da sua economia, pavimentando o caminho para uma menor vulnerabilidade externa, liberou a política monetária da âncora cambial e abriu espaço para uma política fiscal que teve um enorme impacto sobre o mercado de trabalho e bem-estar social da população, dando início a um processo virtuoso de retomada de crescimento econômico.

Especificamente, esta dissertação tem por objetivos:

Destacar as reformas institucionais e políticas econômicas que estão implicadas no projeto de desenvolvimento do Governo Kirchner, numa tentativa de revelar se realmente está se construindo um novo padrão de desenvolvimento;

Explicar historicamente a relevância dos fatos políticos e econômicos que culminaram nos eventos do ano de 2001 para o debate econômico na Argentina;

Compreender o fenômeno kirchnerista para além de uma comparação com o peronismo, apresentando sua posição no quadro político do Partido Justicialista e no cenário nacional;

Analisar como o Estado argentino retoma seu lugar nos processos de desenvolvimento e de articulação da economia e da sociedade;

Evidenciar como o processo de desendividamento estatal, com a renegociação e posterior liquidação da dívida externa com o FMI, permitiu a melhora dos níveis de investimento na Argentina;

Destacar a importância da desvalorização cambial, após o abandono do regime de conversibilidade, e da valorização dos preços internacionais das *commodities* na redução da vulnerabilidade da economia argentina a choques cambiais, ajudando o país a não sofrer maiores impactos decorrentes da crise financeira mundial de 2008;

Entender como o Estado argentino impulsiona a economia, aumentando sua participação produtiva – vide os processos de reestatização de empresas de setores estratégicos sem precedentes - e, ao mesmo tempo, organiza o processo de redistribuição social.

Sob liderança do “estilo K” (referência política comum na Argentina ao estilo de governo do falecido presidente Nestor Kichner e de sua esposa, Cristina Kichner, eleita como sua sucessora) a economia argentina se expande a um ritmo de mais de 8% ao ano, desde 2003, conseguindo fazer a proporção de pobres cair em mais de 34%, segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2006), revelando os dois principais aspectos constitutivos do projeto novo-desenvolvimentista. A análise dos dados sócio-econômicos disponíveis permite verificar sinais que indicam uma reconstituição do agente público na condução da economia Argentina. O Governo Argentino, durante o período de 2002-2011, conduziu esforços para recuperar sua capacidade de intervir de maneira efetiva na economia, realizando um processo de desendividamento externo, expansão da renda nacional, redução dos índices de pobreza e indigência, proteção das atividades dinâmicas nacionais, e redução drástica dos níveis de vulnerabilidade cambial do país. Exatamente por essas características alguns autores já identificam a atual fase da economia Argentina com o modelo que se convencionou chamar de “novo-desenvolvimentismo”.

Realizando um esforço de síntese, este trabalho pretende se inserir nos programas de pesquisa para teorizar sobre o processo de *catching up* dos países subdesenvolvidos, elaborados por autores clássicos do pensamento latino-americano, tendo com referência principalmente as idéias centrais de seus pensamentos.¹⁸

Este trabalho se vincula ao resgate do debate em economia política latino-americana, onde o “estruturalismo histórico” (cepalino e dependentista) se juntam ao pensamento pós-keneynsiano, na sua versão regional (o novo-desenvolvimentismo) para uma interpretação da história recente da Argentina.

¹⁸ Tais como; “Na medida em que se está compreendendo que o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação - dependência entre os povos, e que tende a autoperpetuar-se sob formas cambiantes, as atenções tenderam a concentrar-se no estudo dos sistemas de poder e suas raízes culturais e históricas”. (FURTADO, 1983: 187) ou “(...) a tradições e a certos anacronismos berrantes que sempre existem em qualquer tempo ou lugar, mas até a caracteres fundamentais da nossa estrutura econômica e social. No terreno econômico, por exemplo, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo país. Há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem sucedido naquela direção, (...) Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional.” (PRADO JUNIOR, 1942: 11)

Apoiado nesses dados e bibliografia pretendeu-se levar esta hipótese de trabalho à verificação, dividindo-se a sua apresentação em dois capítulos, além desta introdução e do capítulo de conclusões:

O Capítulo I se refere aos fundamentos da teoria e da história econômicas utilizadas para a análise da Argentina, neste período recente. O propósito desse capítulo é fazer uma análise teórica, mesmo que em certo nível de abstração, das principais características que determinam as dinâmicas do que se entende como ciclos de expansão e recessão da economia argentina, e dos problemas de natureza externa e interna que vão surgindo à medida que esses ciclos se desenvolvem, até desembocar na crise de 2001.

No Capítulo II, analisa-se a retomada do crescimento argentino e a recomposição da renda de sua classe mais empobrecida como um resultado de um processo ativo do Estado, que ao mesmo tempo em que atinge esses objetivos não consegue superar os problemas estruturais do subdesenvolvimento. A importância do conjunto de eventos ocorridos na economia argentina desde 2001 reside, tanto na intensidade com que ocorreram, quanto no impacto gerador de uma considerável mudança dos paradigmas socioeconômicos que influenciam as políticas governamentais a partir de 2002. Adicionalmente ao regime macroeconômico, para que se compreenda o modelo argentino vigente, faz-se necessário referir-se à análise dos aspectos políticos por parte do governo central (esforço descomunal para um simples economista, e com certeza feita de maneira superficial para os exigentes padrões das Ciências Políticas).

Por último, a guisa de conclusão, a presente dissertação se apóia numa interpretação para o “fenômeno kichnerista” a partir do cotejo das idéias apuradas por criteriosa revisão bibliográfica cobrindo importantes autores que trabalharam no assunto. A metodologia utilizada para a realização do trabalho inclui a leitura de textos e artigos relativos ao tema, selecionados em recente literatura disponível sobre a matéria. Por ser tratar de um tema empírico, também se realizou coleta de dados em fontes ligadas às questões envolvidas (ex: Anuário Estatístico da Cepal, Banco de Dados do BID, etc.). À luz do exposto nestas breves notas, espera-se ter sido possível antever algumas das dificuldades, tanto do ponto de vista teórico como de pesquisa empírica, próprias de uma

análise que exige um tipo de integração analítica, como seria o ideal, numa análise global dos problemas da sociedade argentina.

CAPÍTULO I:

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS PARA ANÁLISE DO CASO ARGENTINO.

A partir de 1950, os países desenvolvidos experimentaram um ciclo de crescimento econômico sem precedentes, principalmente, na Europa, Estados Unidos e Japão. O avanço da produtividade do trabalho se intensificou enormemente nesses países, acompanhado pelo aumento do estoque de capital e expansão dos investimentos (FRENCH-DAVIS, 2005: 131). Muito importante, também, foi a significativa estabilidade experimentada pela economia mundial no período, apresentando um robusto ciclo de expansão econômica e diminuição gradual na taxa de desemprego. Não é por acaso que tal período é considerado a “idade de ouro” do Capitalismo, moldado sob um conjunto de mecanismos macroeconômicos de cunho keynesiano, utilizados para manter aquecida a demanda agregada de muitos países.

Os novos arranjos econômicos do pós-guerra condicionados pelo sistema de Bretton Woods que a princípio foram muito bem sucedidos, no entanto, acabaram desencadeando um forte desequilíbrio entre o aumento da produtividade e a expansão dos salários. De 1945 a 1971, os controles sobre os fluxos de capitais permitiram uma relativa separação entre os objetivos macroeconômicos internos de cada economia nacional e o mercado de câmbio, tornando possível para os governos orientarem suas políticas econômicas para objetivos tais como o pleno emprego, pouco preocupados com os impactos dessas políticas sobre o equilíbrio externo. Progressivamente, o crescimento da

produtividade do capital e do trabalho desacelerou-se. Somado ao aumento dos salários, decorrente da pressão dos trabalhadores por maior participação na renda, essa combinação causou uma significativa queda das taxas de lucro. Esse quadro gerou a piora nas expectativas dos empresários, influenciando tanto a demanda por investimentos quanto a oferta de financiamentos, afetando os níveis de demanda efetiva (EICHENGREEN, 2000: 131-180).

A desaceleração do crescimento da produtividade e a elevação dos salários fizeram com que os aumentos da produção e do emprego ficassem necessariamente associados a índices de inflação cada vez mais altos. Diversas turbulências sobre a conjuntura econômica mundial agravaram ainda mais tais contradições, como a crise do petróleo e a anulação da plena conversibilidade do padrão dólar-ouro estipulado pelo sistema de Bretton Woods, tornando ainda mais difícil a sustentação de um crescimento econômico não-inflacionário.

Dentro desta perspectiva, os países da América Latina se inseriram de maneira bastante singular. Historicamente, o desenvolvimento econômico dos países do continente latino-americano sempre foi altamente influenciado pela interação entre as estruturas econômicas internas e externas, que muito intelectuais convencionaram denominar de dependência¹⁹.

19 Contrapondo dois autores de matrizes teóricas distantes, refiro-me à Ruy Mauro Marini e José Serra que fizeram um grande esforço para decifrar as determinações desse processo: "(...) A condição de subdesenvolvimento confere à acumulação um caráter extremamente desigual no que se refere à incorporação e difusão de progresso técnico, com todas as suas implicações sobre os esquemas de concentração da produção e da renda e, daí, sobre os problemas de realização, inerentes à dinâmica de qualquer economia capitalista. E a condição de dependência, uma de cujas dimensões refere-se ao controle das chamadas atividades de "ponta" pelas empresas e conglomerados transnacionais, implica que decisões fundamentais sobre investimento e utilização da tecnologia moderna nas economias são tomadas dentro de um esquema de concorrência oligopolista em escala mundial". (SERRA, 1976: 9). "Com efeito, o desenvolvimento do principal setor de exportação tende, nestes países, a ser assegurado pelo capital estrangeiro mediante investimentos diretos, restando às classes dominantes nacionais o controle das atividades secundárias de exportação ou exploração do mercado interno. Alguns países que (...) se integraram dinamicamente à economia capitalista em sua fase anterior, assistem ao controle de seu principal produto de exportação (...) pelo capital estrangeiro, o mesmo capital que, na Argentina, possui os frigoríficos (...)". "Este fato, ainda que não mude o fundamental princípio em que repousa a economia dependente latino-americana, tem implicações de certo alcance. Com efeito, a diferença do que acontece nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está sujeita à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico deriva da relação exportação-importação: ainda que se obtenha no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade de exportação, e se traduz em receitas que se aplicam, em sua maior parte, em importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, isto é, o excedente aplicável, sofre pois a ação direta de fatores externos à economia nacional". (MARINI, 1999: 115)

Finda a Segunda Guerra Mundial, ganharam força iniciativas desenvolvimentistas na região que se concentraram na alteração da estrutura produtiva e na redução da dependência externa. O processo de industrialização via substituição de importações se firmou com êxito, conseguindo com que a economia latino-americana apresentasse crescimento significativo – segundo dados do Anuário Estatístico da CEPAL, o Produto Interno Bruto (PIB) da região cresceu a taxa de 5,3% ao ano e a renda per capita em 2,6% ao ano, em média. Contudo, a melhora relativa dessas taxas não foi suficiente para diminuir as profundas desigualdades na distribuição de renda, características da região.

O aprofundamento do processo de substituição de importações, juntamente com a diversificação dos padrões de consumo característicos do avanço tecnológico das décadas de 1950 e 1960, tornou obrigatória a adoção de complexas tecnologias importadas, aprofundando a dependência dos países em desenvolvimento por capitais e insumos importados. Diversos países, como Argentina, Brasil e México, perseguiram com afinco o objetivo de dar seqüência ao processo de industrialização desencadeado, alcançando uma participação significativa dos produtos industrializados nas suas exportações. No entanto, isso só foi possível através de um alto grau de endividamento externo atrelado ao processo financiamento da industrialização. Para esses países, as conseqüências foram extremamente duras e profundas. A análise de Fiori (2004) sintetiza esta dinâmica contraditória e suas repercussões em importantes aspectos para a região:

“Pelo lado do desenvolvimento econômico, no final dos anos 1960 e durante a década de 1970, a abundância de crédito (...) para os países em desenvolvimento propiciou uma aceleração das taxas de crescimento (...). A contrapartida desse processo foi um endividamento externo além das possibilidades do balanço de pagamentos, responsável, em grande medida, pelo estrangulamento do crescimento”. (FIORI, 2004: 85).

Sem deixar de lado uma perspectiva histórica mais ampla, este capítulo refere-se a uma fase de desenvolvimento da Argentina que se estende de meados dos anos 1950 até o começo do século XXI. Esta fase sucedeu os anos de declínio do projeto desenvolvimentista, durante os quais a industrialização perdera seu impulso como

conseqüência de contradições e desequilíbrios que o próprio processo de industrialização aprofundara.

A tentativa de se entender a natureza global da crise argentina de 2001, que se estende em sucessivos desdobramentos que levam à configuração de um novo ciclo de expansão capitalista no país, exigiria um esforço que está além do propósito deste trabalho de dissertação. Convêm por ênfase, entretanto, para a interpretação da etapa pós-conversibilidade, nas tendências históricas gerais que contribuíram para eclosão da Crise de Conversibilidade argentina de 2001. Sobre este arcabouço histórico-econômico será dado início à análise do Caso Argentino.

I.1 Os Fatores Desencadeantes dos Ciclos de Expansão e Recessão

Econômica na Argentina.

Na Argentina, a década de 1950 é marcada pelo surgimento de um “pessimismo exagerado” com o qual o país passa a encarar o projeto de crescimento econômico puxado pelas exportações de produtos primários e falta de expectativa de acesso ao financiamento externo. O período das Guerras Mundiais e depressão da década de 1930 haviam demonstrado quão frágil estava o país, àquela altura fortemente condicionado a dependência de produtos industrializados e financiamento externos (PREBISCH, 1949). No bojo de tal sentimento, as críticas da CEPAL se tornam a voz de uma nova concepção de desenvolvimento na região.

O enfoque estruturalista²⁰, que tinha a CEPAL como maior propagadora, considerava que a modernização da agricultura e a promoção da industrialização por substituição de importações eram, muitas vezes, tão ou mais importantes para resolver os desequilíbrios no Balanço de Pagamentos quanto o controle dos agregados monetários. Em

²⁰

O termo estruturalista, a partir dos anos 1970, passou a ser utilizada, também, para designar outras correntes de pensamento, sem relação com a escola cepalina, muito menos com a teoria econômica. Neste trabalho, entretanto, utiliza-lo-ei no seu sentido original.

contraponto, as políticas ortodoxas de estabilização da economia argentina tendiam a funcionar à custa do retardamento do processo de industrialização, do nível de investimento e do aumento da taxa de desemprego.

Para a literatura estruturalista, os países em desenvolvimento são caracterizados por circunstâncias históricas específicas. Seus teóricos, como Raul Prebisch, tinham como ponto mais caro de suas idéias enfatizar que os países subdesenvolvidos jamais deveriam se guiar pela lógica das vantagens comparativas²¹ e da divisão internacional do trabalho²², pois acabariam condicionando sua pauta de exportações aos produtos agrícolas, que detêm baixa elasticidade-renda (aumento na renda gera um aumento na demanda menor do que o proporcional), e acabariam importando produtos industrializados, com maior valor-agregado e alta elasticidade-renda. Desta maneira, estes países estariam fadados a crescer a taxas menores do que as dos países industrializados no longo prazo, devido a inevitável necessidade de se equilibrar seus Balanços de Pagamentos. Oswald Sunkel nos apresenta essa problemática da seguinte forma:

“Enquanto a estrutura de uma tal economia permite obter bens manufaturados no estrangeiro a preços relativamente convenientes, financiados com os recursos obtidos do setor básico de exportação, que oferece vantagem comparativa importante, o desenvolvimento local não ultrapassa dimensões e perspectivas mínimas. O fato de um país especializar-se na exportação de um determinado produto indica que ele alcançou boa capacidade de competição e produtividade neste setor; isto faz com que pareça conveniente obter os bens de consumo manufaturados destinados a satisfazer a demanda dos grupos sociais de altas rendas. Dessa maneira, os países exportadores de matérias-primas puderam obter seus bens manufaturados, de consumo e de capital de economias relativamente eficientes na produção deles, adquirindo-os com o poder de compra criado em seus próprios setores produtivos de maior eficiência: isto deu lugar a uma política de tipo livre-cambista graças à qual o sistema de intercambio internacional funcionou livremente, mas que colocou toda a atividade manufatureira, na realidade, em competição com o nível de produtividade do setor especializado de exportação. É óbvio que, nestas condições, salvo em

²¹ **Vantagens Comparativas:** teoria baseada nas idéias de David Ricardo que afirma que o comércio entre dois países será sempre benéfico, mesmo que um deles seja mais produtivo na fabricação de todos os bens, pois a razão de produtividade que cada país possui fará com que na totalidade a especialização gere uma cesta de bens maior.

²² **Divisão Internacional do Trabalho** consiste na especialização produtiva dos países e das regiões na intensificação das trocas.

circunstancias especiais, a indústria local não podia desenvolver-se.” (SUNKEL, 1980:26)

Prebisch não considerava o modelo de substituição de importações como o melhor modelo de desenvolvimento possível, mas um processo necessário para as economias dos países latino-americanos como resposta natural à queda nas exportações dos países mais dinâmicos. Argumentava que o protecionismo associado, fatalmente, diminuiria o nível de produtividade desses países. Por isso, o processo de substituição de importações deveria ser um processo planejado e de dimensão regional sustentado pelo “comércio recíproco de bens manufaturados”. Seguindo esta lógica, a redução do nível de importações condizente com a capacidade de obtenção de divisas internacionais é inevitável para os países em desenvolvimento. Cabe-lhes a escolha política entre a restrição das importações “espontaneamente, às custas do crescimento, ou realizada deliberadamente para manter a expansão do produto” através de ações do governo (PREBISCH, 1981: 148 *apud* AMICO, 2008, *tradução livre*).

A idéia básica de Prebisch é que a industrialização conduz ao crescimento das exportações, e com isto, permite o crescimento da economia e o conseqüente aumento das importações. Entretanto, em sua visão, o protecionismo tem efeito somente na “composição das importações, e não no seu volume” (PREBISCH, 1981: 151). De maneira genérica, o crescimento das exportações estabelece um teto limite para o crescimento das economias periféricas. Tal limite depende da intensidade do aumento da demanda por importações frente ao crescimento da renda *per capita* da economia.

Desta maneira, Prebisch insistiu que as exportações dos países periféricos estão condicionadas a movimentos cíclicos contínuos. Visto que a elasticidade-renda das importações não é constante e a dinâmica das exportações é instável, o processo de industrialização por substituição de importações se torna um processo de planificação econômica extremamente complexa para o Estado. Durante os ciclos de crescimento das exportações de produtos primários, a economia nacional tem maior capacidade de importação, estabelecendo maior liberdade de importação e expansão do produto sem necessidade de substituição de importações. Conforme o processo de substituição de importações avança, ele comprime a margem de avanço deste processo. O processo de

industrialização gera necessidades, cada vez maiores, por bens de capital e produtos de maior valor agregado.

Porém, uma análise mais cuidadosa chama a atenção para o caráter distinto do conflito distributivo entre os diversos grupos sociais no contexto do processo de industrialização da Argentina. Por diversos momentos, o processo de substituição de importações na Argentina esteve relacionado a políticas cambiais que desencadearam processos inflacionários ferozes associados a recorrentes crises de Balanço de Pagamentos. Segundo a opinião de Marcelo Diamand (1973: 63), a Argentina apresenta uma “estrutura produtiva desequilibrada” que está por detrás de falta de êxito das políticas cambiais utilizadas.

Por diversos momentos do processo de industrialização argentino, os custos associados às políticas cambiais fatalmente recaíram sobre a parcela mais pobre da população. Recorrentemente, o país incorria em crises de Balanço dos Pagamentos que desencadeavam violentos processos inflacionários, dificultando qualquer política de geração de renda. O controle da inflação ocorria no período seguinte, após a desvalorização cambial carregar a economia argentina para uma profunda recessão e restaurar a “normalidade” no mercado de trabalho, diminuindo a pressão pelo aumento dos salários. O restabelecimento do equilíbrio externo permitia a economia expandir novamente. Com a recuperação econômica, aumenta também o nível de emprego e a demanda por melhores salários. Junto com o aumento da renda disponível cresce a demanda por importações, que pressiona novamente o câmbio e alimentando esse ciclo vicioso que se reproduziu na Argentina durante anos.

Em economias subdesenvolvidas, onde as economias se caracterizam pelo padrão cíclico nos termos de intercâmbio, existe quase que um desincentivo político para adoção de políticas de incentivo a industrialização. Foi isto que Diamand categorizou como “estrutura produtiva desequilibrada”, em sua visão, fator chave detrás da política cambial. Devido a abundancia de produtos primários, o país tende a exportar matérias-primas, fazendo com que o câmbio se aprecie continuamente, e tornando a indústria nacional ainda menos competitiva internacionalmente. Políticas pró-industrialização implicam em grandes

custos para o nível de renda e salário-real para a população, devido à necessidade em se desvalorizar o câmbio para tornar competitivas as exportações industriais. Cada vez que o processo de industrialização avança, tais custos são ainda maiores na medida que o país demanda mais importações. Nas palavras dele:

“O paradoxo deste processo de distanciamento entre os preços relativos dos setores consiste em que, no ínterim, o financiamento da qualidade, a diversificação e a maturidade industrial conseguem superar e ultrapassar muitos obstáculos iniciais a exportação industrial. Mas, ainda que exista uma vontade em dar continuidade ao processo das exportações industriais (...), a elevação operada pelos custos internos impede que este propósito se materialize”.(DIAMAND, 1973: 68, apud AMICO, 2008, *tradução livre*)

Pode-se estipular que o começo dos ciclos expansivos da economia argentina está intrinsecamente relacionado com o aumento da produção industrial, e conseqüentemente com o aumento dos salários e do consumo relacionados. Um aumento do consumo interno diminui a quantidade de produto disponível para a exportação. Por outro lado, devido à dependência do país por bens de capital estrangeiros, as importações aumentam junto com aumento do Produto do setor industrial. Progressivamente, o saldo da balança comercial vai diminuindo, e conseqüentemente se tornando um déficit e aumento da dívida externa. Ante as pressões do setor industrial, o governo é forçado a interceder na economia desvalorizando o câmbio e pressionando o desaquecimento da demanda para controlar a inflação, dando início a um período recessivo.

A solução para superar um problema de déficit do Balanço de Pagamentos pode ocorrer através de duas vias: aumento das exportações, ou queda do salário real. Nesse sentido, a desvalorização cambial é uma eficaz ferramenta, pois implica tanto em aumento dos preços internos, bem como numa queda do salário real dos trabalhadores, refletindo numa diminuição do consumo interno e conseqüente queda nas importações, alcançando o objetivo final de aumentar os saldos na Conta Corrente, pela melhora da competitividade via preços externos dos produtos de exportação.

No entanto, a queda do consumo também afeta a produção industrial nacional, desaquecendo o setor e pressionando o aumento da taxa de desemprego. Esse processo

recessivo força a burguesia industrial a pressionar o governo por políticas econômicas anticíclicas. Todo o processo descrito resumidamente caracteriza o que se pode chamar de “pêndulo” argentino, no qual a concertação política da taxa de câmbio desempenhou papel fundamental.

Muitos economistas argentinos avaliam que o país, entre 1949 a 1976, passou por um período de oscilação conhecido como “pêndulo econômico-político” (AMICO, 2008; DIAMOND 1972; O’DONNEL, 1976; CIAFARDINI, 1990). Este pêndulo se caracteriza economicamente pela flutuação entre dois modelos de desenvolvimento econômico, na Argentina: o modelo de industrialização por substituição de importações ou desenvolvimentista; e o modelo agroexportador. No plano político, o pêndulo refere-se à incapacidade do país estabelecer um sistema político estável, objetivo não alcançado tanto pelos governos democráticos quanto pelos ditatoriais (CIAFARDINI, 1990: 123). Estes dois modelos são representativos da clássica polarização entre os projetos hegemônicos em conflito na maior parte das sociedades latino-americanas. Deste embate de forças que vem se construindo uma “nova via”, na tentativa de se consolidar um novo projeto hegemônico na Argentina, cuja construção teve início já a partir da instauração da ditadura militar em 1976 e que influencia os rumos políticos-econômicos até os dias de hoje (O’DONNEL, 1976; AMICO, 2008).

Este argumento deve explicar ao leitor mais atento porque este trabalho começa tão atrás na história, se o objetivo é estudar exatamente a economia política argentina recente. Parte-se da caracterização dos períodos anteriores com a finalidade de compreender as mudanças de paradigmas que determinaram o fim dos ciclos econômicos argentinos, na transição para um novo modelo de desenvolvimento econômico, no qual os ciclos podem adquirir características totalmente distintas. Uma tentativa de entender quais são as rupturas ou não do modelo argentino vigente.

I.2 Os Anos 1976 - 2001: A Construção da Crise de Conversibilidade Argentina.

Tendo estabelecido os fatores desencadeantes dos ciclos econômicos argentinos, se esboçará agora uma breve análise histórica do período que vai de 1976 até 2001, referindo-se às principais políticas econômicas que fizeram parte da construção dos ciclos que levaram à Crise de Conversibilidade. Por não se tratar do objetivo específico desta dissertação, é preciso deixar claro que não existe a pretensão de se realizar uma análise aprofundada das políticas econômicas levadas a cabo durante o período mencionado, mas sim analisar algumas das políticas que sustentam a hipótese levantada de ascensão do modelo rentístico-financeiro durante o período abordado nesta seção.

A ditadura militar instaurada na Argentina, em 1976, sancionou uma política de sobrevalorização da moeda. A política de *dólar baixo* funcionou conjuntamente com um programa que aplicava uma taxa de desvalorização preestabelecida geralmente inferior ao nível de inflação. Esta política, conhecida como “*la tablita cambiaria*” de Martinez de Hoz, tinha como objetivo manifesto o controle da inflação, na época (BASUALDO, 2006: 149). Ao mesmo tempo, o governo praticava uma taxa de juros nacional acima daquela vigente internacionalmente. A combinação das três políticas econômicas “permitia aumentar as taxas de juros obtidas por quem aplicasse moeda estrangeira, a curto prazo, no sistema bancário argentino (CIAFARDINI apud AMIL, 2008: 7), alimentando a roleta financeira e a proliferação de capitais especulativos. Sucintamente, o programa de governo consistia na atração de capitais estrangeiros de curto prazo atraídos pelo diferencial entre as taxas de juros local e internacional, suficiente para compensar a taxa de câmbio sobrevalorizada praticada, à época. Essas medidas foram fortes incentivos para o surgimento de capitais especulativos argentinos, que aproveitavam a taxa de câmbio valorizada para se financiar externamente e aplicar o dinheiro emprestado a taxas de juros do mercado local, realizando lucros de arbitragem. Passados os anos, já é possível afirmar que as políticas mencionadas praticadas durante a última ditadura militar atraíram capitais estrangeiros com a finalidade de manter o regime de câmbio valorizado e dólar barato,

financiado pelo aumento do endividamento público. Este modelo, no entanto, conduziu a economia argentina a um processo de desindustrialização e estimulou a fuga de capitais em condições privilegiadas (BASUALDO, 2006: 109-191).

Como alguns economistas previram, o regime cambial sobrevalorizado tornou-se insustentável e, em 1981, já na gestão do Presidente Viola e do Ministro da Fazenda Lorenzo Sigaut, durante uma conjuntura internacional caracterizada pela alta das taxas de juros internacionais, a moeda argentina se desvalorizou em mais de 400% somente num ano (RAPOPORT, 2004: 745). Conseqüentemente, a dívida pública aumentou consideravelmente mais uma vez, muito por conta da Lei de Estatização da Dívida Privada²³, promovida pelo então presidente do Banco Central argentino, Domingo Cavallo. Por essa Lei, o Estado se tornava responsável pela dívida privada como compensação por não ter sido capaz de manter o regime anterior de câmbio sobrevalorizado. A dificuldade de o governo equacionar suas contas gerou uma severa crise econômica, que juntamente com o fracasso argentino na Guerra das Malvinas (dois de abril a 14 de junho 1982) e o aumento das pressões da sociedade civil, serviram de estopim para a abertura democrática de 1983.

O primeiro presidente eleito após a abertura democrática assumiu o país com as suas finanças muito debilitadas. O leque de manobras da gestão econômica disponível ao governo de Alfonsín era extremamente limitado, pelo que diversos autores designaram de “herança militar”: aumento da dívida externa, estagnação econômica, retração da produção industrial e aumento da desigualdade da distribuição de renda em detrimento da população assalariada (SCHORR, 2004; RAPOPORT, 2005).

A primeira política econômica adotada por Alfonsín foi a criação de uma nova moeda sobrevalorizada em relação à antiga moeda usada na Argentina. O primeiro ministro à época, Grispun, atuou fortemente para sustentar o nível de emprego através de estímulos à demanda agregada, mas que surtiram pouco efeito devido à falta de investimento privado, fruto da migração de capitais para o exterior (REY, 2003: 57). Conseqüentemente, fruto de pressões internas e de organismos internacionais, Juan Vital Sorrouille assumiu o ministério.

²³ Lei 11.723, de 1º de novembro de 1981.

Sorrouille foi ligeiro ao impor políticas marcadamente neoliberais, impostas pelos organismos de crédito internacional como contrapartida para a renegociação do pagamento da dívida externa. Foi nesse período que vigoraram uma forte austeridade fiscal e uma significativa diminuição da emissão monetária, como o Plano Austral, que converteu o Austral na moeda vigente na Argentina como uma tentativa de conter a ascensão do processo inflacionário. Contudo, o percurso de se conter a inflação, renegociar a dívida externa e manter os gastos do governo aos níveis correntes se demonstrou uma missão impossível, dado ao fraco crescimento da economia argentina, no período, e acabou por finalmente fazer eclodir um processo hiperinflacionário em 1989.

Atendendo a demanda generalizada de resolver a “raiz” do problema da inflação argentina, o Governo de Carlos Menem implementou um programa de reformas estruturais inspiradas pelo Consenso de Washington, incluindo um extenso programa de privatizações e desregulamentações; uma maior abertura financeira e comercial; e, em geral, uma transformação radical do papel do setor público. Pouco depois, foi sancionada, em 1991, a Lei de Conversibilidade²⁴, que estabeleceu a conversão da moeda nacional a um tipo de câmbio fixo, na razão de um peso por dólar americano, obrigando o Governo a respaldar a base monetária nacional com divisas internacionais e proibindo a cobertura do déficit fiscal através da emissão sem respaldo. A combinação entre abertura financeira e comercial, junto com as restrições monetárias, emolduradas sob um regime cambial fortemente valorizado, conseguiu controlar a inflação. Mas à custa de uma deterioração acelerada do quadro produtivo nacional, profundamente afetado pela competição internacional e pelo incentivo à especulação financeira (AMIL, 2008).

Conseqüentemente, a Argentina se submeteu ao Plano Brady²⁵, mediante o qual conseguiu renovar a maior parte dos créditos bancários contraídos com bancos comerciais (cerca de 30 bilhões de dólares, entre capital e juros devidos) por títulos da dívida pública soberanos com prazo de 30 anos, respaldados por dois títulos de cupom zero do Tesouro Americano (BASUALDO, 2006: 348-350). Esta negociação permitiu ao país encerrar o

²⁴ Decreto Ejecutivo Nacional N° 2.128, datada de 10 de outubro de 1991, e artigo 12 da Lei de Conversibilidade, N° 23.928 de 27 de março, 1991.

²⁵ Títulos públicos denominados em dólar, emitidos principalmente por países latino-americanos. Criado no final dos anos 1980, pelo ex-Secretário do Tesouro Americano que lhe dá o nome, para converter empréstimos bancários em novos títulos, com objetivo de rolar a dívida depois que alguns países da região declararam moratória.

default vigente desde 1988 e promoveu a atomização dos credores, diminuindo consideravelmente o risco que pesava sobre o sistema bancário americano.

O processo descrito no parágrafo acima foi crucial para determinar a transformação substancial ocorrida na composição da dívida pública argentina e os agentes econômicos envolvidos na sua reconfiguração. Desde então, a dívida pública argentina passou a ser composta, em sua maior parte, por títulos negociados pelo mercado de capitais, e podiam ser comprados e vendidos livremente por investidores individuais ou institucionais (principalmente, por fundos mútuos e de pensão). Esses investidores, por sua vez, passaram a basear suas decisões de aquisição ou venda seguindo as recomendações das agências de *ratings*, qualificadoras dos riscos de cada papel a partir de uma série de indicadores que procuram determinar a capacidade de solvência do país em função das suas reais possibilidades de quitar a dívida pública.

Assim, a inserção do país no mercado internacional de capitais encorajou a financeirização da economia, através de um processo onde os atores, mercados e os critérios de decisão de caráter financeiro ganharam primazia sobre o conjunto da economia, com a conseqüente instabilidade e volatilidade inerentes à forma financeira de acumulação (CHESNAIS, 2001: 15-16).

A financeirização da economia argentina pode ser entendida como resultado de três fenômenos relacionados entre si:

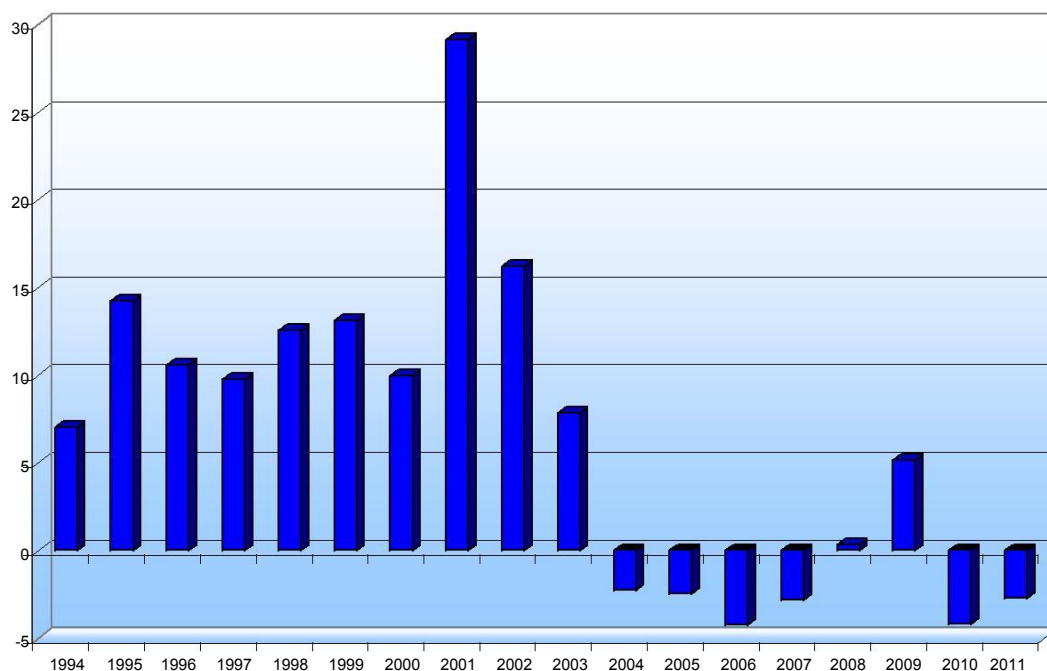
- 1) o aumento do tamanho relativo no PIB da atividade financeira;
- 2) a maior capacidade de condicionamento estrutural da economia por parte dos atores financeiros e a maior afinidade de interesses entre estes e os atores não-financeiros;
- 3) o maior domínio sobre a dinâmica de crescimento através do manejo das fontes que impulsionam as sucessivas fases de crescimento e recessão.

Cada um desses processos – com menor ou maior grau – exerceu influência sobre a economia argentina durante os anos 1990. Em primeiro lugar, a estabilidade e a expansão da economia passaram a depender estritamente da posição externa do país, uma vez que o

ingresso de divisas internacionais constituía o principal mecanismo de sustentação do aumento da base monetária e, conseqüentemente, da demanda (CUNHA & FERRARI, 2009). A sobrevalorização da moeda nacional serviu como incentivo às importações, resultando em pressões para uma balança comercial deficitária. O investimento estrangeiro também exercia sua participação na saída de divisas na forma de remessas de lucros e fluxos de capitais especulativos altamente voláteis.

Assim, o endividamento externo se consolidou como a principal fonte de entrada de divisas. Isso requereu uma taxa de juros real positiva e bastante superior à média internacional, favorecendo a atividade financeira em detrimento da atividade produtiva. Como se pode analisar pelo GRÁFICO II.1, entre 1994 e 2001, a taxa de juros real aumentou em média 13,28% ao ano, enquanto experimentou diminuição de 1,51%, no período de 2002-2011 (AMIL, 2008). Da mesma maneira, observa-se um incremento da dívida pública entre 1993 a 2001, contrastando com o que sucedeu durante o período pós-Plano de Conversibilidade.

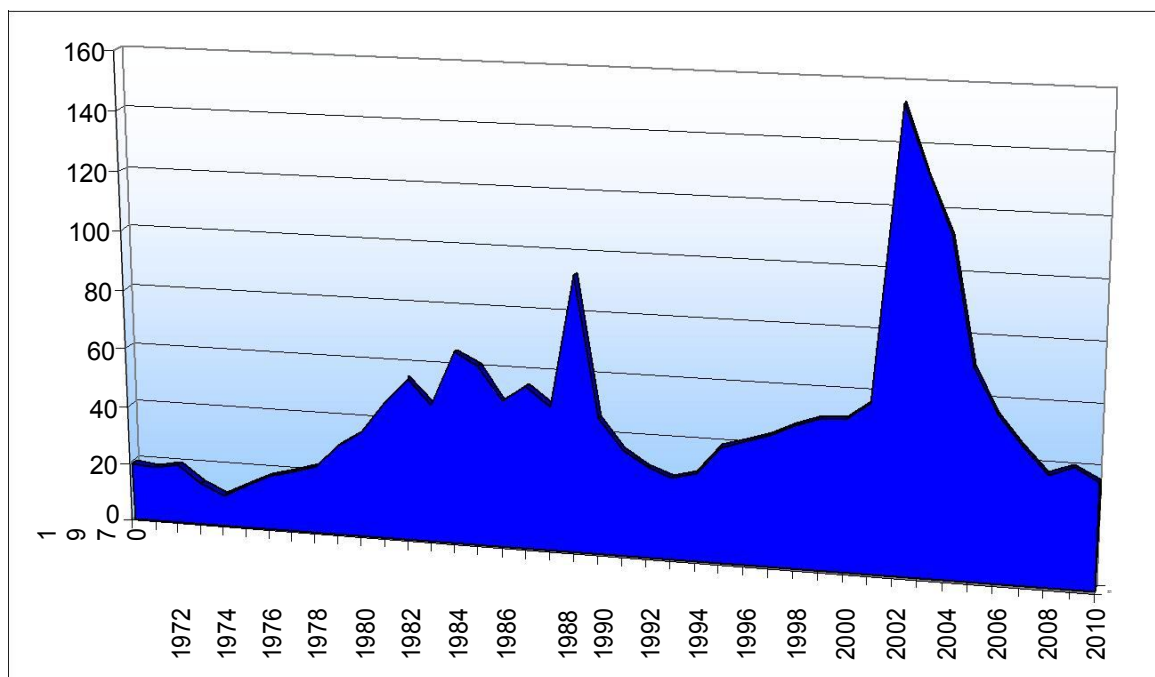
GRÁFICO I.1 – Taxa de Juros Real Argentina – 1994-2011.



Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe – CEPAL.

Em segundo lugar, a centralidade da dívida para a sustentação do modelo de acumulação vigente privilegiou os investidores externos e o setor financeiro em geral como ator dominante. Tais atores foram fundamentais para prover as divisas internacionais necessárias à sustentação do Plano de Conversibilidade, exposto ao ciclo econômico de instabilidade do mercado de capitais internacional da época: ascendentes em conjunturas de alta liquidez e recessivo durante as crises externas²⁶.

GRÁFICO I.2 – Dívida Pública Argentina.



Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe – CEPAL.

Neste contexto, o FMI desempenhou um papel crucial diante do setor financeiro internacional como principal fiador da dívida argentina, incentivando a adoção de medidas econômicas ortodoxas que contribuíram para manter o ciclo de endividamento, e, ainda, concedendo créditos durante os períodos recessivos conjunturais de crise, a fim de garantir o serviço da dívida (CUNHA & FERRARI, 2009). Foi um período extremamente vantajoso

²⁶

O Professor Hyman Minsky afirmou que a estrutura fundamental do sistema capitalista é inerentemente frágil. De acordo com Minsky, o sistema financeiro naturalmente evolui de uma estrutura robusta para uma estrutura frágil, ou de uma estrutura que é consistente com a estabilidade econômica para uma condutiva a instabilidade. Para Minsky, o uso do termo “estabilidade” é enganoso, uma vez que os sistemas estão em constante evolução, geralmente em direção à fragilidade, portanto, uma posição “estável” é efêmera. Ele, continuamente, argumentava que a “estabilidade é desestabilizadora”. (MINSKY, 1986)

para os credores, que puderam realizar lucros volumosos, com investimentos de baixo risco garantidos pelo Governo Argentino.

Após 10 anos de políticas neoliberais radicais, a Argentina até chegou a apresentar um desempenho favorável a partir de 1990, mas os levantes populares decorrentes da crise de 2001 mostraram o quão frágil era a prosperidade gerada pelo Plano de Conversibilidade, derivado das políticas neoliberais. O ponto alto da crise da conversibilidade da moeda argentina foi entre 19 e 20 de dezembro de 2001, quando massivas mobilizações de setores médios da população, trabalhadores e desempregados, pressionaram para a queda do governo da Aliança²⁷ e tornaram clara a inviabilidade do modelo econômico neoliberal que vigorara ao longo da década de 1990.

Da derrocada do modelo de conversibilidade derivou uma das crises mais profundas da história sócioeconômica da Argentina. A partir daí, começou um processo de transição, que registrou um recorde coma troca de cinco presidentes numa única semana. Depois de eleições bastante conturbadas, Néstor Kirchner chegou ao governo, o que trouxe um pouco mais de estabilidade, e deu início a retomada do crescimento e recuperação econômica do país. O novo modelo de desenvolvimento, iniciado em abril de 2002, teve como principal desafio reverter a grave situação econômica e social, e enfrentou condições iniciais extremamente adversas (MECON, 2005), que incluíram:

uma perda acumulada de 20% do PIB e de 30% da demanda interna, conseqüência de uma queda no nível de investimento e do consumo privado de 54% e 22%, respectivamente;

uma retração de 27% na produção de bens (com uma redução no setor de construção de 52% e do produto industrial em 33%) e de 14% no setor de serviços;

uma taxa de inflação dos níveis de preços do varejo, que em quatro meses de 2002, já acumulava uma taxa de 21%, e um tipo de regime cambial que ameaçava a qualquer momento entrar numa escalada sem controles;

27

O governo de Aliança se configura a partir do acordo eleitoral entre a União Cívica Radical (UCR – partido tradicional e centenário representado de setores médios urbanos) e a Frente País Solidário (FREPASO – força política jovem e progressista surgida na década de 1990). Desta aproximação se formou a chapa vencedora das eleições presidenciais de 1999: De La Rúa (presidente, candidato pela UCR) e Carlos Alvarez (vice-presidente, candidato proveniente do FREPASO).

um déficit fiscal primário equivalente a 3,1% do PIB;
saída de capitais acumulada, desde o início de 2001, superior a US\$ 20,3 bi, equivalente a 7,6% do PIB daquele ano;
nível de estoque de reservas internacionais em US\$ 12,17 bi, ou seja, US\$ 14,6 bi a menos do que o nível registrado em janeiro de 2001 (redução de 55%);
nível de desemprego recorde de 23,3%; com 53,9% e 25,3% da população argentina se encontrando abaixo das linhas de pobreza e da indigência, respectivamente.

A todos os fatores mencionados acima, outros aspectos agravavam ainda mais a situação reinante:

o congelamento dos depósitos bancários (“corralito”);
o desaparecimento virtual da unidade monetária e a existência de 14 emissões de moeda diferentes circulando em 11 províncias;
situação social altamente conflitiva e uma crise político-institucional jamais experimentada no país;
ausência de crédito para financiamento internacional, tanto para o setor público como para o setor privado local;
recessão econômica experimentada por países parceiros vizinhos, em especial, o Brasil;

Sendo assim, compreender a política econômica argentina pós 2002 é também entender como se faz política econômica em contexto de crise extrema da produção, do emprego, da moeda e da política.

CAPÍTULO II

DESENVOLVIMENTO: A ECONOMIA POLÍTICA ARGENTINA NO SÉCULO XXI.

II.1 Introdução.

Na Argentina, o século XXI se inicia marcado por uma verdadeira ebulição social. De fato, 2001 marca um momento de inflexão para qualquer tentativa de entender a vida política, econômica e social da Argentina. Os acontecimentos que sucederam às manifestações contrárias ao estabelecimento do *corralito* podem ser situados como ponto de ruptura do debate econômico argentino. Os protestos de dezembro de 2001 construíram demandas que não podiam mais ser “absorvidas” pelo sistema vigente até então, e requeriam não somente uma alteração de governo, como também uma mudança de paradigma político. Um forte momento de inflexão (definidor) que questionou a política econômica e a democracia representativa, e colocou em evidência a excisão entre a sociedade civil e a classe política.

O clima de ativa mobilização social na Argentina no limiar do séc. XXI foi propício para o estabelecimento de espaços de mediação – envolvendo o jogo político – onde ocorreu a disputa de diferentes leituras sobre a sociedade argentina contemporânea e sobre as dinâmicas políticas do país. Foram debates onde se construíram novos sentidos para a formação do imaginário sobre os fundamentos da nação. Diferentes versões e

interpretações sobre os fatos conviveram e contribuíram na construção de uma resposta a *la Argentina* para o projeto neoliberal de *catching-up*²⁸ econômico.

A maioria dos meios de comunicação de massa não mediu esforços na tentativa de deslegitimar os protestos sociais do período²⁹. Era muito corriqueira a caracterização do piqueteiro de rosto coberto manifestando sua violência. Cultivaram, sem pudor, uma visão da crise econômica do país com a de instauração de anarquia política durante o período. Deste modo, os protestos e mobilizações de dezembro de 2001 foram identificados como sintoma da crise socioeconômica do país³⁰. Este tipo de representação midiática se fez mais visível até o ano de 2002, quando os grandes meios de comunicação contribuíram para exacerbar as diferenças dos setores mobilizados apresentados através de uma narrativa permeada com a contraposição dos direitos. Por um lado, aqueles cidadãos que tinham o direito legítimo de transitar livremente pelas ruas do país; e por outro lado, aqueles que obstruíam tal prerrogativa realizando o bloqueio das vias (piquetes) como repertório privilegiado para manifestar o descontentamento social.³¹

No bojo dos protestos que estavam acontecendo, os movimentos sociais ganharam papel de destaque, articulando novos espaços de construção e experimentando um sopro de renovação. Novas formas de organização social se construíram, ao mesmo tempo, evidenciando a falta de capacidade de se gerar um discurso aglutinador das diferentes demandas que sucederam a crise. O meio acadêmico interpretou o período como o surgimento de um novo espaço de discussão política, aberto para novas estratégias de organização política, emergência de experiências democráticas mais participativas e formas econômicas mais solidárias.

Neste capítulo, analisar-se-á a conjuntura política, econômica e social da Argentina.

O caso argentino foi escolhido como exemplo concreto da aplicação de políticas

²⁸ Muitos autores argumentam que através do processo de *catching-up*, os países têm um potencial para crescer a uma taxa mais rápida do que o líder tecnológico, garantindo a convergência da renda per capita entre os países. Um aspecto chave no processo de *catching-up* é a necessidade de o país atrasado realizar esforços para reduzir a distância com relação à fronteira tecnológica.

²⁹ Devemos, entretanto, relativizar um pouco o argumento apresentado com um exemplo: recordemos o papel desempenhado pelos repórteres fotográficos na denuncia dos fuzilamentos a sangue frio por policiais durante a manifestação de 24 de julho de 2002. O Massacre de Puente Pueyrredón evidenciou o forte aumento da criminalização dos protestos e a repressão praticada durante a gestão de Eduardo Duhalde.

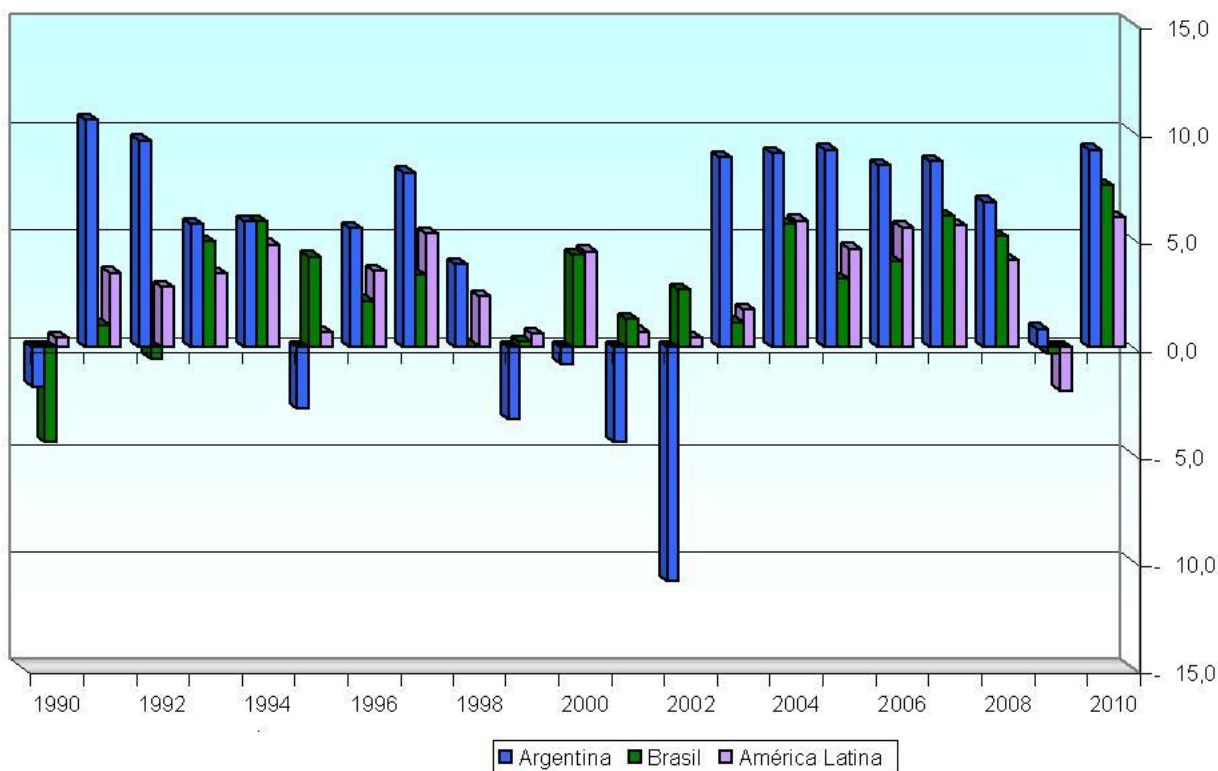
³⁰ Esta questão tem predominado dentro da conjuntura recente da América Latina, e em particular na Argentina, ganhou novo gás a partir da discussão e implementação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual sancionada em outubro de 2009. Ver Lei No 26.522.

³¹ Ver MAGRINI E QUIROGA, 2011.

econômicas “novo-desenvolvimentistas” em resposta ao padrão de desenvolvimento preconizado pelo modelo neoliberal. A crise institucional e política ocorrida na Argentina, no final de 2001, e o posterior abandono do sistema de convertibilidade da sua moeda tiveram um enorme impacto negativo sobre o mercado de trabalho e bem-estar social da população. O período posterior, porém, foi marcado por uma retomada do processo de crescimento econômico, em taxas médias bastante acima do que pode ser observado no resto da América Latina. O leitor será situado sobre um tema que por si mesmo já é bastante importante quando se busca entender o país, mas que, adicionalmente, influi diretamente na vida do cidadão argentino. Informações sobre os tipos de investimentos, seu volume total, e a distribuição geográfica regional da demanda e da oferta por empregos são alguns dos dados analisados neste capítulo.

De 1998 a 2002, a economia argentina foi abalada por sucessivas crises no seu Balanço de Pagamentos e no mercado cambial, decorrentes de uma política de paridade do peso com o dólar e do período de depressão no setor produtivo nacional. Essa crise, no entanto, pode ser encarada como ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo neoliberal de desenvolvimento implementado no país.

GRÁFICO II.1 – Comparação das Taxas de Variação do PIB Argentina, Brasil e América Latina (1990-2010)



Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe – CEPAL.

Ao analisar-se o problema do ponto de vista da economia política, que vem a ser exatamente a proposta desta dissertação, é necessário reconhecer que o exame abstrato dos problemas de geração, apropriação e distribuição do excedente não são o suficiente para entender o caso recente na Argentina. Mesmo a análise das relações existentes entre as formas de expansão e concentração do capital com a dinâmica de crescimento e de distribuição da renda argentina resulta insuficiente se não houver um entendimento do processo que considere a sua realidade histórica integrada ao exame do papel do Estado na função de agente político que concentra também as decisões de política econômica. Tem-se, ainda, a questão de como articular as análises do processo político e do processo econômico sem cair numa perspectiva que oscile entre o *politicismo* e o *economicismo*.

Para um economista, o problema não consistiria simplesmente em incorporar elementos políticos à análise econômica, mas sim, em como realizar uma análise econômica

suficientemente “politizada”, numa dosagem que permitisse sua integração com os outros planos da análise teórica e histórica.

Durante a maior parte dos anos 90, a Argentina, à semelhança de vários outros países da América Latina, seguiu à risca a cartilha do Consenso de Washington (FIGUEREDO, 2005: 1), adotando inclusive a paridade de sua moeda com o dólar americano; abrindo seus mercados; diminuindo a participação do governo na economia; e liberando o fluxo de capitais. Em decorrência dessa política econômica, os níveis de pobreza na Argentina dispararam a partir de 1995. Em outubro de 2001, 40% da população urbana, em cálculos estimados, eram considerados pobres. Evidências indicam que 50% da população urbana se deslocaram para baixo da linha de pobreza. Mesmo o setor agrário, que supostamente se beneficiaria de uma desvalorização cambial, foi afetado por conta da falta de liquidez no país. Quase 15% da população rural encontrava-se abaixo da linha de pobreza e não tinha recursos suficientes para adquirir a cesta básica de alimentos.

Foram quatro anos de dura recessão sofrida pela economia argentina, que experimentou níveis de contração entre 12-15%, até 2002. A estabilidade da economia e as condições sociais foram seriamente deterioradas. O país enfrentou duras dificuldades financeiras e fiscais, altos níveis de desemprego e pobreza. A taxa de desemprego chegou a 18%, em outubro de 2001, atingindo 21,5%, em julho de 2002. Essa taxa de desemprego era duas vezes maior, se considerada apenas a população pobre e dos trabalhadores sem especialização. Uma pesquisa feita em julho de 2002 detectou que quase 90% dos domicílios da população pertencente à base da pirâmide de distribuição de renda reduziram drasticamente seu padrão de consumo, diminuindo até mesmo a quantidade de alimentos consumidos. O mesmo levantamento indicou também que praticamente $\frac{3}{4}$ das famílias com crianças matriculadas em escolas reduziram os gastos com material escolar, chegando a 90% entre os domicílios mais pobres³². A Argentina não possuía um sistema de proteção social adequado, deixando, portanto, a população carente de qualquer programa assistencial que a protegesse dos efeitos da crise.

³² Fonte: www.indec.mecon.ar.

II.2 Aspectos Políticos da Retomada de Crescimento Argentino Pós- Conversibilidade.

Os protestos de julho de 2001 eram contra as medidas adotadas pelo então ministro da economia López Murphy e contra o programa “déficit zero” promovido por Domingo Cavallo, que o sucedeu no cargo. O clima de protestos sociais deu início a uma sucessão de renúncias de vários membros do governo e aprofundou o processo de esfacelamento do governo de *Alianza*. O nível de impaciência e descrédito da população argentina em relação à sua classe política estava exacerbado³³ e a sucessão de cinco presidentes em menos de uma semana também não contribuiu para acalmar os ânimos.

A liderança do Governo Central argentino estava posta em questionamento. No auge da crise, alguns governos provinciais começaram até a emitir moeda própria. Diante dessa situação de vácuo de liderança política que a convocação das eleições presidenciais de 2002 foram antecipadas pelo então presidente interino Eduardo Duhalde (2002-2003).

O Partido Justicialista, o maior da Argentina, sofreu um verdadeiro racha interno na tentativa de indicar um candidato. Uma manobra política acabou permitindo que o partido participasse da eleição com três candidatos, entre eles o ex-presidente Carlos Menen e o então governador da província de Santa Cruz, Nestor Kirchner, que acabaram sendo os dois candidatos mais votados e avançaram para o segundo turno das eleições.

Carlos Menen, antecipadamente abandonou o pleito, legitimando a tendência de vitória de Kirchner que já vinha se construindo no eleitorado. A vitória de Nestor Kirchner coloca o Partido Justicialista novamente no poder, apesar da crise de governabilidade. A instauração e consolidação do discurso kirchnerista se configura como uma tentativa de superar os eventos mais sintomáticos da crise.

O governo de Nestor Kirchner, instaurado em 2003, alcançou aquelas promessas iniciais de associação entre a democracia e o bem-estar que havia marcado as promessas

³³ Tal nível de descontentamento era muito bem representado pelo slogan da época “que se vayan todos”, usado pelos piqueteros em referencia a todos os políticos argentinos da época.

políticas feitas durante a transição democrática e que pareciam afundadas e esquecidas durante o período neoliberal. Analisando os discursos políticos proferidos por Kirchner, percebe-se uma forte influência do peronismo dos anos 1970, que muitos autores convencionaram chamar de *setentismo*³⁴. Nestor e Cristina Kirchner foram militantes da juventude de esquerda peronista nos anos 1970, e apresentam fortes influências principalmente no discurso nacionalista e industrialista, com forte apelo à participação estatal.

Kirchner também buscou, claramente, diferenciar-se do modelo neoliberal de Menem, através do que aqui se caracterizou como modelo de matriz “diversificada” com inclusão social. Kirchner pregava, acima de tudo, a diversificação da pauta de exportações e a ampliação dos mercados, pagamento da dívida externa, e fortalecimento do modelo com a participação de três segmentos da sociedade – Estado, campo, e indústria. Em suas próprias palavras:

“Quero colocar então, neste novo modelo econômico de matriz diversificada, de acumulação com inclusão social que se pôs em marcha a chave para os tempos vindouros; um modelo que, reconhece no trabalho, na produção, na indústria, na exportação, no campo, a força motriz que tem permitido que milhões de argentinos voltem a recuperar não somente o trabalho, ademais a esperanças e as ilusões de que uma vida melhor é possível. Creio que devemos superar esse tabu histórico que sempre houve entre todos os argentinos de que se o modelo era a indústria, de que se o modelo era o campo. Creio que podemos e o estamos demonstrando, que em um modelo de acumulação campo e indústria tem sinergia”. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007).

Inserido dentro de um fenômeno regional de manifestação de novidades significativas na política latino-americana recente, onde as mudanças do final do século não se limitaram à alternância de poder, mas abarcaram dimensões mais profundas, vinculadas à maneira de fazer política na região, uma interpretação do fenômeno kirchnerista deve ir além de uma simples evolução do peronismo. Trata-se também de uma deslegitimação das

³⁴ Termo ligado à luta sindical na Argentina durante os anos 1970, ganhou conotação politizada ao ser utilizado como designação ao “populismo” característico da época por alguns cientistas políticos. Ver LACLAU, 2000.

políticas de ajuste e reestruturação inspiradas no Consenso de Washington, e implementadas por Carlos Menem.

De maneira mais ampla, o fenômeno kirchnerista caracterizou-se por uma ruptura, tanto com o neoliberalismo, quanto com a ditadura de 1976:

“Convocamos ao trabalho, ao esforço, à criatividade, para que assumamos nosso futuro, para que concretizemos as mudanças necessárias para construir um país sério, um país normal, com esperança e com otimismo. (...) Venho propor um sonho, quero uma Argentina unida. Quero uma Argentina normal. Quero que sejamos um país sério”.(KIRCHNER, Nestor (2003a).

No discurso kirchnerista, o Estado é pensado como única instância capaz de reestabelecer a ordem. O Estado era o ator de recomposição e os partidos políticos os canais de representação e de organização das demandas sociais. Era o eco das solicitações dos movimentos sociais, que abriu espaço para o diálogo e para a construção de uma agenda em comum:

“Atuaremos como o que fomos e seguiremos sendo sempre: homens e mulheres comuns que querem estar a esta altura das circunstâncias assumindo com dedicação as grandes responsabilidades que nos conferiu a representação do povo.”

“Por isso, de nós não esperem anúncios rutilantes; dia atrás dia trabalhando, como vocês fazem em seus trabalhos, porque o presidente, ou o ministro ou governador definitivamente não são uma casta diferente, somos homens comuns (...).” (KIRCHNER, Nestor. 2003b, discurso pronunciado em ato de afirmação de acordo com docentes. 3 de junho, Buenos Aires.

Kirchner foi bem sucedido em superar o processo de evaporação da autoridade presidencial, da classe política de maneira geral, em curso desde outubro de 2000. Convictamente, assegurou a continuidade das políticas econômicas implementadas por Lavagna. Estabeleceu uma estreita relação com o governador de Buenos Aires, Daniel Scioli, que se manteve frutífera durante o governo de Cristina Kirchner.

Como política externa, Kirchner estabeleceu laços estreitos de parceria com países sul-americanos, principalmente Brasil e Venezuela. Principal parceiro comercial da região,

e entre os principais no geral, a Argentina cultiva uma relação de “amor e ódio” com o Brasil, contra quem já havia imposto diversas medidas comerciais restritivas, ao mesmo tempo em que também já recorreu diversas vezes para fechar desequilíbrios no seu Balanço de Pagamentos³⁵. Com a Venezuela, Kirchner sempre foi apoiador declarado de Hugo Chavez. Chavez e o apoio da Venezuela foram também fundamentais no processo de desendividamento argentino, como será visto mais adiante.

Para diversos especialistas a relevância da China é central para a o processo de retomada de crescimento argentino. Por um lado, possibilitou certo conforto no equilíbrio das contas externas mesmo durante a grave crise internacional de 2008. Noutros aspectos, já começa mostrar alguns aspectos negativos, como por exemplo, a China já ter ameaçado por diversas vezes a Argentina com cortes nas importações de soja se esta continuasse a resistir a uma maior abertura as manufaturas asiáticas. Alguns autores já associam tal situação com as pressões livre-cambistas que o país sofria da Inglaterra durante o sec. XVIII e início do sec. XIX³⁶.

Uma crítica recorrente feita por muitos opositores é a acusação contra Nestor Kirchner de autoritarismo, realmente, sempre muito firme nas suas convicções, dando pouco espaço de discussão sobre as posições adotadas pelo seu Governo. Acima de tudo, Kirchner demonstrou como poucos, uma extrema habilidade política na condução da relação do seu governo com o Congresso da Argentina e na implementação de uma verdadeira renovação do peronismo.

A eleição, e posteriormente a reeleição, de sua esposa, Cristina Kirchner, consolidou esta nova etapa no quadro político argentino, que a literatura argentina convencionou chamar de kirchnerismo ou “estilo K”. O governo de Cristina Fernández de Kirchner teve como missão continuar o projeto desenvolvimentista, e consolidar a liderança

³⁵Vide O GLOBO, 2012. “Brasil deve importar mais da Argentina”.

³⁶Ver KATZ, 2010.

de seu grupo político no poder e a sua “hegemonia” no Partido Justicialista, fragmentado desde 2001³⁷.

O aumento desproporcional da relevância do setor agrário para economia argentina gerou fortes repercussões para o percurso de retomada de crescimento do país. Pouco depois de assumir, Cristina Kirchner enfrentou uma grave crise interna com o setor agropecuário, em 2008. As quatro organizações empresariais que representam os produtores agrícolas argentinos promoveram uma greve de abastecimento que afetou todo o país, em protesto contra o aumento dos impostos para exportação da soja argentina. O governo, com intuito de promover políticas de incentivo a indústria, propôs um projeto de aumento dos impostos sobre a soja importada e distribuir os ganhos obtidos pelos produtores com o aumento do preço internacional para financiar as reformas estruturais implementadas pelo governo. Este episódio ilustra o quão frágil era a parceria entre Estado, indústria e campo pregada por Kirchner.

Outro fato importante a ser mencionado é o processo de confronto crescente que Cristina Kirchner enfrenta com os grandes conglomerados de comunicação³⁸. Esse fato mostra de maneira bem ilustrativa como aumentou a participação e regulação da economia argentina, e a manifestação de resistência oposta pelo setor empresarial. Esse processo culmina, recentemente, com o processo de reestatização, sem precedentes no país, com o qual o Governo planeja estatizar desde a petrolífera YPF, até empresas de geração de energia e concessionárias do sistema ferroviário de Buenos Aires³⁹.

³⁷ A principal corrente peronista no movimento estudantil argentino, La Campora, é liderado pelo filho mais velho do casal Kirchner. Atualmente, o movimento vem ganhando notoriedade na imprensa pelos atos em homenagem à memória do falecido presidente, Nestor Kirchner.

³⁸ Ver Resolução 125/08, *Ley de los Médios*.

³⁹ Ver O GLOBO, 2012a. “Onda Nacionalizante”.

II.3 Desvalorização Cambial e Renegociação da Dívida Argentina.

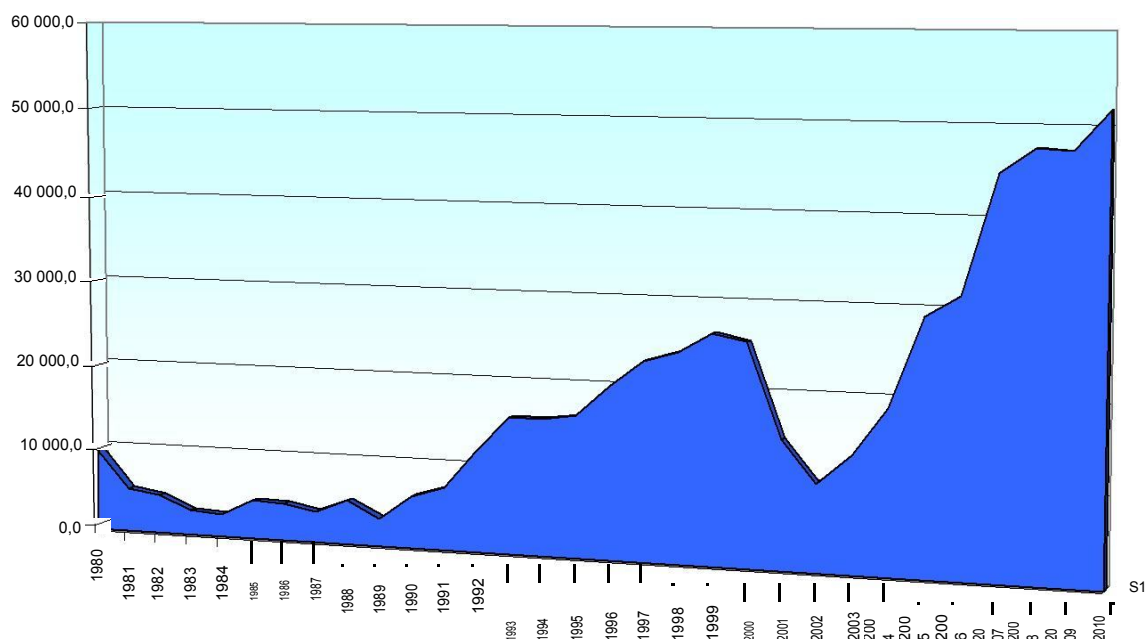
Em meio a uma crise sem precedentes, o presidente justicialista Eduardo Duhalde, toma a única decisão cabível ao momento de encerrar com o *currency board* argentino, e conseqüentemente a desvalorização do peso argentino. A forte desvalorização incendiou uma disputa entre os devedores e credores por dólares. Os primeiros, empresas e agentes privados na sua maioria manifestaram a dificuldade de cumprir com os contratos firmados em moeda estrangeira. Os segundos, entidades financeiras, assinalaram dificuldade em cobrir os depósitos feitos em dólar. O Governo, então, decidiu subsidiar a taxa de câmbio para certas obrigações, propondo compensações aos acionistas e pequenos devedores inicialmente, mas, finalmente, estendendo tais compensações para todos os casos sem distinção. A emissão de mais títulos públicos, no valor de 8,5 bilhões de dólares, foi necessária para cobrir tais compensações (CIBILIS & ALLAMI, 2008: 17 - 22).

Vislumbrando poucas saídas, na falta de parceiros internacionais e com a economia nacional muito debilitada, o Governo se viu forçado a buscar um acordo com o FMI (IMF, 2001). Finalmente o acordo é firmado com sucesso, e permitira o país se reinserir no mercado de financiamento externo, contendo as expectativas de desvalorização da moeda argentina. No entanto, o empréstimo do FMI ficou condicionado a implementação de uma série de medidas de cunho ortodoxo. Entre as quais, destacam-se a liberalização total – zero participação do governo no mercado – do regime cambial (que disparou 300% em quatro meses), congelamento dos gastos governamentais, e a revogação parcial da Lei de Subversão Econômica, não permitindo mais acionar ou sancionar os banqueiros durante a crise.

As externalidades negativas causadas pelo impacto das medidas mencionadas acima debilitaram ainda mais o Governo Duhalde politicamente. Por sorte, a eventual estabilização do preço do dólar e o reaquecimento econômico provocado pelo impulso da substituição de importações e aumento das exportações trouxeram maior confiança para a economia a partir da segunda metade de 2002. O FMI acabou aprovando mais um acordo

em caráter transitório, até que as eleições presidenciais indicassem o novo presidente em 2003, dando um novo fôlego para as reservas internacionais do país.

Gráfico II.1: Estoque de Reservas Internacionais Argentinas (1980 – 2010, em milhões de dólares)



Fonte: Anuário Estadístico da América Latina e Caribe – CEPAL.

Nestor Kirchner assumiu a presidência em 2003 com a economia argentina no início de um processo de recuperação, graças ao aumento do investimento, das exportações e do consumo interno (FRENKEL & RAPETI, 2006: 12). Mesmo assim, é inegável seu papel na consolidação dos três eixos nos quais se apóiam as políticas econômicas do período pós-conversibilidade: **1)** taxa de câmbio a um nível competitivo capaz de aquecer a atividade produtiva nacional; **2)** a busca pelo superávit comercial, como resultado, principalmente, do aumento da demanda internacional por *commodities*, e a diminuição da vulnerabilidade externa via barreiras às importações; **3)** e o superávit fiscal, fruto do

aumento na arrecadação do governo e estabilização dos gastos governamental e serviço da dívida externa (MECON, 2006).

Sem dar uma trégua, o FMI pressionou pela renovação dos acordos de reestruturação da dívida pública firmados com a Argentina. Ao final de 2003, a dívida pública havia crescido e atingido em torno de 180 bilhões de dólares, ainda decorrentes da desvalorização cambial e dos acordos compensatórios para acionistas, devedores e bancos acordados pelo então presidente Duhalde (FRANKELL & RAPPETTI, 2006: 17). Claramente adotando uma estratégia mais hostil, Kirchner acaba renovando o acordo com o Fundo por apenas três anos, e se negando a aceitar as condições mais exigentes. Para se ter uma idéia, o FMI exigiu ao Governo a prática de superávits primários anuais de 5% do PIB, direcionando esta economia como um calção para os credores.

Demonstrando uma grande capacidade de negociação, o Governo emplacou um acordo alternativo com o FMI vigendo por três anos, e que não constavam as condições mais exigentes. Ao invés de um superávit primário de 5% do PIB, Kirchner conseguiu impor um teto de 3% para o superávit primário argentino, representando uma proposta de reestruturação que não estabelecia uma carga tão penosa sobre orçamento e o crescimento argentino. Dessa forma, sobre o estoque da dívida não quitada de 87 milhões de dólares, que não contabilizava os juros vencidos e não pagos desde o *default*, Kirchner propôs o pagamento de apenas 75% sobre o valor de face desses títulos. Mesmo contando com o apoio dos EUA, que tentava apresentar ao mundo financeiro uma imagem mais instrutiva para disciplinar os comportamentos especulativos no futuro, a Argentina sofria a oposição de seus credores, como G7, e o FMI acabou implantando uma segunda oferta de quitação de 70% de todas as dívidas do país, proposta que também não agradou aos credores.

O FMI continuava a pressionar o Governo por uma revisão do acordo que aumentasse o arrocho fiscal e as tarifas dos serviços públicos, baixar o nível do câmbio para facilitar a compra de dólares e aumentar a capacidade de cobertura da dívida. Com apoio interno dos principais grupos empresariais e sindicais, e uma posição externa aparentemente estável, o Governo suspendeu o acordo com o FMI. Até hoje a Argentina nunca mais pediu empréstimos ao FMI.

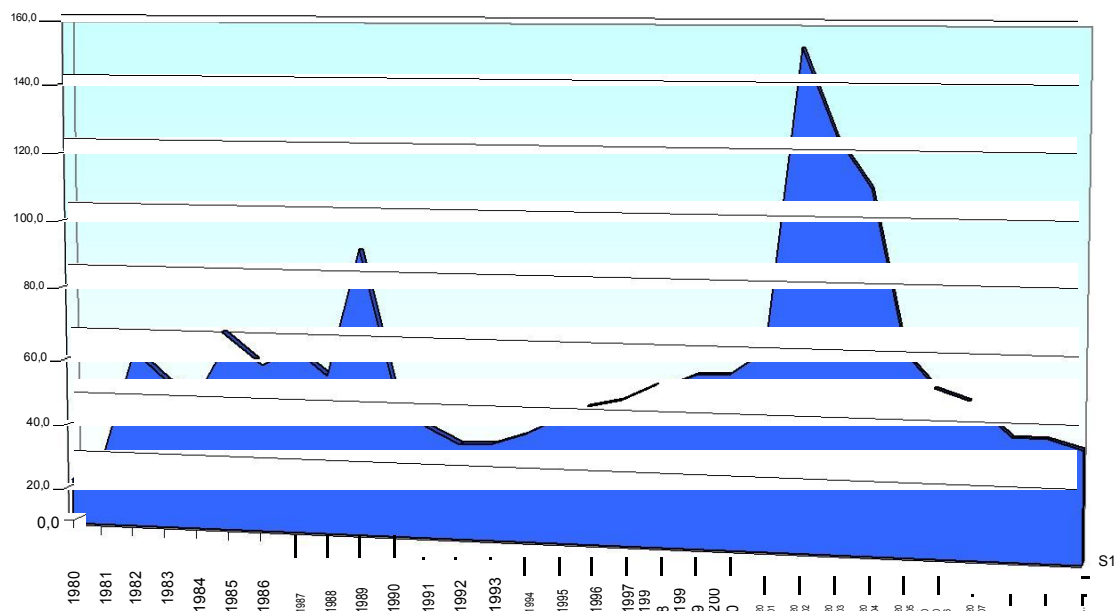
Os credores de 76,15% da dívida em *default* aceitaram o acordo de liquidação proposto pelo Governo, diminuindo o estoque da dívida pública de 139% para 73% do PIB. Os novos títulos da dívida argentina passaram a ser denominados em peso nacional, reduzindo a exposição cambial. O governo Venezuelano de Hugo Chavez teve participação ativa nesse processo, realizando sucessivas subscrições diretas dos novos títulos emitidos pelo Tesouro argentino, principalmente entre 2005 e 2006. A liquidação total da dívida com o FMI ocorre em 2005, quando o Governo pegou 9,8 bilhões de dólares de reservas internacionais do Banco Central argentino, numa operação de *swap* por uma dívida do Tesouro com o BC a bônus emitidos até dez anos.

Após o decreto da moratória, em dezembro de 2001, a dívida pública sofreu um aumento nominal causado por variáveis financeiras, e não por fatores fiscais. No começo de 2005, o governo Kirchner concluiu a renegociação da dívida externa, em moratória desde 2001, com adesão de 76% dos credores, que aceitaram deságios em torno de 75% do valor a receber. Com isso, a dívida pública diminuiu de U\$ 115,9 bilhões, em 2004, para U\$ 65,4 bilhões, após a renegociação. A dívida pública externa cai 44% em 2005, causada pela renegociação da dívida. A relação dívida pública/PIB que explodiu no início de 2002, atingindo 150,9% do Produto Interno Bruto do país após a desvalorização, se estabilizou, e depois despencou para 70,2%, em 2004, ao fim da renegociação da dívida.

O cancelamento dos acordos com o FMI é emblemático para a estratégia implementada pelo Governo argentino, a qual ficou conhecida como estratégia do desendividamento, definida como política de Estado pelo próprio presidente Kirchner (NEMIÑA, 2012: 81). Tal estratégia foi decisiva para a obtenção por parte do Estado, de um maior nível de soberania sobre suas decisões de política monetária. Além de ter sido consequência direta do cancelamento dos acordos com o FMI, o processo de desendividamento também foi, definitivamente, efeito colateral dos processos impetrados pelos credores⁴⁰ que não aceitaram o acordo de pagamento proposto e “coagiram” o Governo argentino a não emitir novos títulos por um bom tempo.

⁴⁰ Chamados de holdouts, que ainda tentavam recuperar a totalidade de seus ativos.

Gráfico II.2: Razão entre Dívida Pública e PIB Argentino (1980 – 2010)



Fonte: Anuário Estadístico da América Latina e Caribe – CEPAL.

Este tipo de operação deu o fôlego necessário ao Governo, abrindo espaço no orçamento para a sustentação do crescimento econômico baseado na promoção do mercado interno ocorrido pelo menos até 2008, e um significativo aumento correlato do emprego e da produção, diminuindo a dependência do país aos credores externos. Muitos observadores internacionais entenderam que a liquidação da dívida se tratou menos de um exercício de soberania, do que o cumprimento da imposição do FMI de receber integralmente seus empréstimos.

Em parte, entendo que este movimento pode ser também interpretado como em sintonia com o que estava ocorrendo em outros países da região. O Brasil, por exemplo, também havia cancelado sua dívida com o FMI, no que podemos chamar de uma maior

coordenação econômica sul-americana, em linha também como o rechaço sofrido pela proposta da ALCA⁴¹ na Cúpula das América de 2005, em Mar Del Plata.

A redução da dependência internacional sobre a dívida pública passou a conduzir as decisões de matéria financeira do Governo Argentino. Neste sentido, a nacionalização das administradoras do Fundos de Pensão (AFJP⁴²) transferiu para o Estado 25 bilhões de dólares em ativos, mais um fluxo anual de 4 bilhões de dólares em aportes dos trabalhadores e contribuições patronais (CIFRA, 2009: 26). Além disso, o Governo vem tomando emprestado reservas denominadas de livre disponibilidade do Banco Central argentino⁴³. Mesmo assim, ao contrário do que ocorria durante os anos 1990, o serviço da dívida é financiado pelos superávits fiscais, mesmo tendo pouco mais da metade da dívida pública em poder de outros órgãos públicos, o que facilitaria sua refinanciamento (OFICINA NACIONAL DE CRÉDITO PÚBLICO, 2011:3).

Nos termos da Economia Política, a relativa diminuição da dívida diminuiu relativamente a capacidade de intervenção dos credores externos, e das instituições internacionais que notoriamente promovem seus interesses, como o FMI. Diminuiu a participação do setor financeiro em geral dentro dos setores econômicos dominantes na Argentina. Entretanto, a capacidade do Governo sustentar o processo de desindividuação se vê ameaçada pela incipiente, mas já preocupante deterioração do Balanço de Pagamentos (**Ver Gráfico II.10**)

⁴¹ Proposta antiga encampada pelos EUA, de criação de uma Área de Livre-Comércio das Américas.

⁴² As Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones foram nacionalizadas pela presidente Cristina Kirchner em 21 de outubro de 2008.

⁴³ Reservas que excedem 100% da base monetária (ver Decreto 2010/09). Dados do BCRA.

II.4 O Desenvolvimento Econômico Recente na Argentina: evolução dos agregados econômicos.

Após o fim do regime de conversibilidade da moeda em 2002, que mantinha a paridade “um peso igual a um dólar”, o PIB argentino sofreu uma queda abrupta. No entanto, a primeira metade de 2005, a produção já havia recuperado os níveis pré-crise e a taxa média de crescimento anual desde o início da recuperação até o início de 2012 foi de 8,5%. Em razão das grandes oscilações vividas pela economia Argentina, é importante conhecer e entender o seu comportamento nesse período pós-crise de 2001 até os dias de hoje, analisando-se as consequências decorrentes das principais políticas adotadas e seus efeitos sobre as variáveis macroeconômicas.

Tabela II.1 – PIB (Argentina)

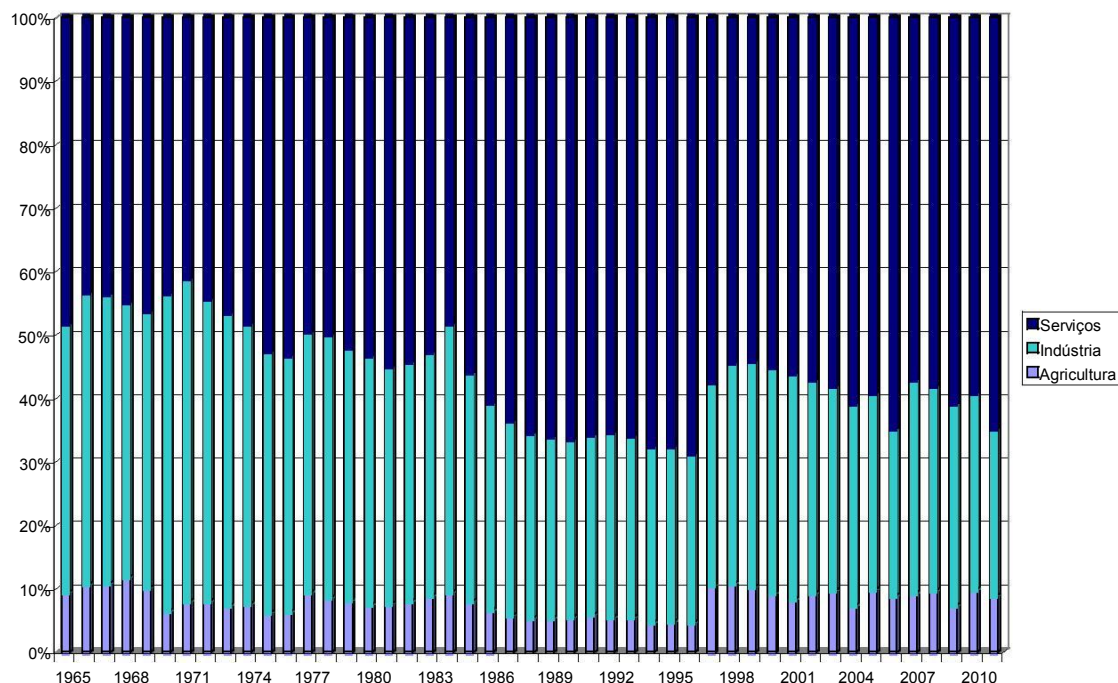
Período	PIB (US\$)	PIB per capita (US\$)
1962	24.450.604.878	1.148
1970	31.584.210.365	1.317
1980	76.961.923.742	2.736
1989	76.636.898.036	2.381
1990	141.352.368.715	4.330
1991	189.719.989.668	5.733
1992	228.779.382.768	6.821
1993	236.753.563.470	6.967
1994	257.439.956.992	7.479
1995	258.031.878.144	7.403
1996	272.149.757.952	7.712
1997	292.858.888.192	8.200
1998	298.948.362.240	8.273
1999	283.523.022.848	7.759
2000	284.203.745.280	7.696
2001	268.696.715.264	7.203
2002	102.040.334.259	2.710
2003	129.597.103.034	3.410
2004	153.129.481.873	3.994
2005	183.193.408.941	4.736
2006	214.066.231.200	5.486
2007	260.768.703.249	6.624
2008	326.676.673.165	8.226
2009	307.081.774.895	7.665
2010	368.710.961.381	9.124
2011	445.988.571.982	10.941

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br).

Como se pode notar na **Tabela II.1** acima, a evolução do PIB argentino mostra claramente que sem conseguir manter o regime de conversibilidade, a economia argentina mergulhou em crise. Como resultado, o PIB em 2002, em termos nominais, retraiu a 38% em relação ao de 2001. Logo após o fim da conversibilidade (segundo e terceiro trimestre de 2002), o PIB argentino começou a crescer, porém de maneira muito fragilizada, apoiado no setor externo estimulado pela depreciação cambial.

A recuperação da produção nos anos seguintes foi responsável pela retomada do crescimento do PIB. Em dólar, no ano de 2006, o PIB argentino ainda não havia recuperado os níveis de 2001, mas isso acontece em função da desvalorização do peso argentino em relação ao dólar, situação completamente diferente da época em que um peso valia um dólar. Em 2009, em decorrência da crise mundial de 2008, a Argentina apresentou retração do PIB, mas que logo foi superada sem maiores efeitos de contágio. O PIB argentino vem, desde 2003, apresentando taxas de crescimento médio de aproximadamente 8,5% ao ano no período, chegando a US\$ 445 bilhões em 2011.

Gráfico II.3 – Composição do PIB argentino (%)



Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br).

Segundo o Informe Económico do Ministério de Economía e Finanzas Públicas da Argentina (MECON, 2007), constata-se as três prioridades dos governos dos Kirchners na busca pela implementação de uma “nova estratégia de desenvolvimento”, capaz de gerar incentivos ao setor produtivo através de políticas macroeconômicas de cunho heterodoxo:

1) o pacto com um regime de políticas fiscais “equilibradas”; **2)** a adoção de políticas de geração de renda, no intuito de reverter a deterioração do quadro social do país; e **3)** compromisso com um regime cambial capaz de gerar taxas competitivas para os produtos argentinos.

O ajuste das contas públicas ocorrido entre 2001 e 2004 possibilitou um superávit fiscal considerável, que é um dos pontos chaves para sustentabilidade do atual modelo de crescimento argentino. Com o fim do regime de conversibilidade, o governo obteve crescentes superávits fiscais, impulsionados pela forte expansão da arrecadação fiscal, que

subiu 42% ao ano em termos reais de 2002 a 2010, atingindo US\$ 143,8 bilhões em 2005 e US\$ 486 bilhões em 2010.

O grande feito da economia argentina para muitos economistas é o país apresentar altas taxas de crescimento juntamente com superávit considerável nas contas do governo. Mas não percebem que os gastos públicos se expandiram após 2002, com aumento real na ordem de 10,5%, apesar da redução com encargos da dívida causados pela moratória e o processo de renegociação. Atualmente, o peso da dívida externa é bem menor, se comparado aos últimos anos do regime de conversibilidade, permitindo ao governo uma política cambial mais ativa.

O gasto total do governo argentino na área social equivale a cerca de 1% do seu PIB, com aproximadamente dois milhões de participantes no conjunto dos seus programas sociais. De uma população de cerca de 37 milhões de habitantes, isso representa cerca de 5% da população. A proporção do programa parece ousada, não somente pela demanda operacional, mas também pelos custos a ele relacionados. Vale frisar que os EUA gastam 1% do seu PIB em assistência social; enquanto França e Inglaterra gastam entre 3 a 4% do PIB em programas do mesmo teor. Dado ao alto nível de pobreza que a taxa de desemprego produziu no país, o gasto argentino em programas sociais é, portanto, relativamente pequeno⁴⁴.

No entanto, a Argentina apresenta melhora substancial de seus resultados fiscais desde 2002, puxada pela queda nos gastos com juros. Em consequência do abandono da conversibilidade, seguido de forte desvalorização cambial, o país viu suas taxas de juros dispararem na tentativa de conter a fuga de capitais. Após o período de turbulência, elas se estabilizaram ao redor dos 10% ao ano no final de 2002. Isso foi fruto da melhora do cenário tanto externo quanto interno, mas, principalmente, da política de juros baixos com objetivos de aquecer a economia. O mercado de créditos que se retraiu entre 2001 a 2003 vem se recuperando, carregado pelo crescimento econômico e pelas baixas taxas de juros praticados, sobretudo a partir de 2004. Evitando adotar medidas contracionistas que

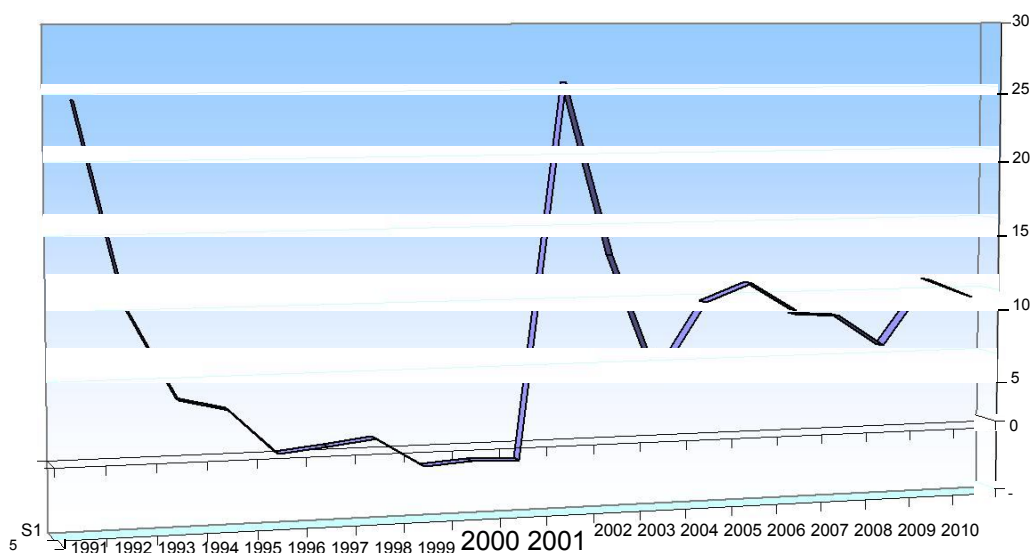
⁴⁴ Fonte: www.ibge.gov.br.

comprometam o crescimento econômico, o governo vem buscando conter a inflação através de medidas não monetárias, enquanto mantém os juros baixos.

A política monetária do Banco Central argentino não é voltada apenas para o controle inflacionário. A instituição claramente zela pela competitividade da moeda. Segundo o Ministério da Economia, o governo adotou uma estratégia de acumulação de reservas internacionais, reduzindo o nível de exposição do país aos riscos do mercado financeiro internacional e evitando a valorização do peso ao reduzir a quantidade de dólares em circulação. Por esta razão, obriga por lei à liquidação de receitas de exportações no Banco Central. Porém, ao liquidar as receitas de exportações, ocorre uma expansão da base monetária, que prontamente o governo recorre à esterilização, via emissão de títulos, para manter o nível de moeda em circulação sob controle.

Adotou-se uma política baseada em uma âncora monetária, através da relação entre agregados monetários e crescimento dos níveis de preços. O Banco Central argentino anuncia no início de cada ano qual será a banda para o nível da base monetária, dirigindo as expectativas dos agentes a certo nível de inflação. A estratégia de controle de preços não se limita ao plano monetário. O governo atua constantemente pelo lado da oferta, dando subsídios a insumos industriais e transporte, fazendo acordos com redes de supermercados e outras medidas pouco usuais.

Gráfico II.4 – Variação Percentual da Inflação na Argentina (1991 – 2010)



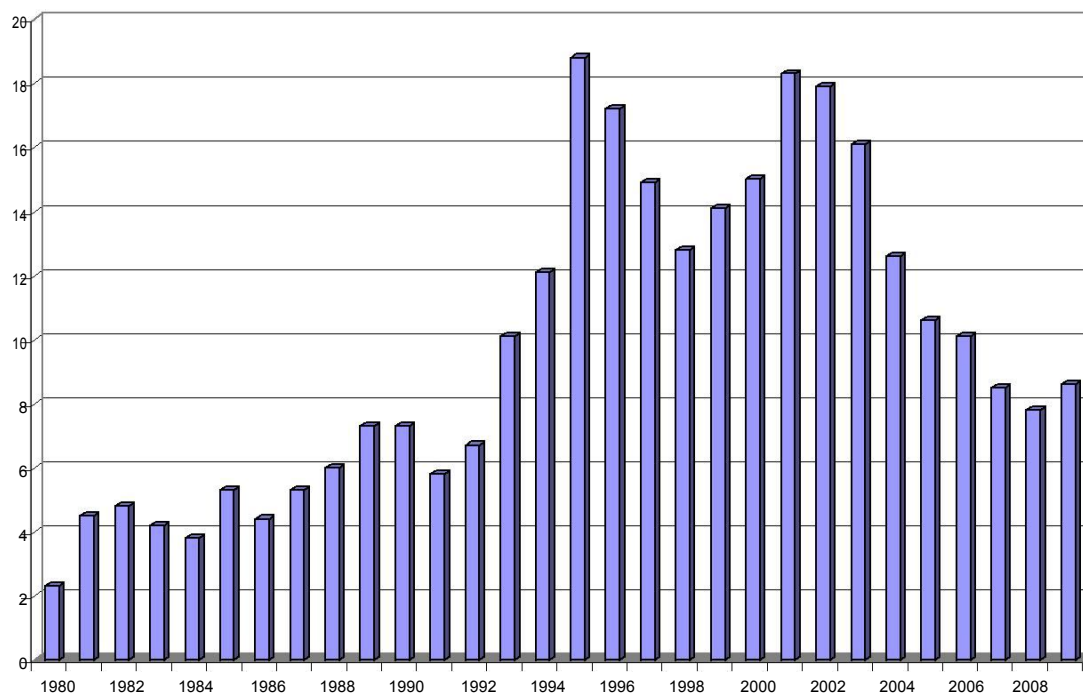
Fonte: INDEC (www.indec.gov.ar)

Conforme se pode observar no **Gráfico II.4** acima, no momento da troca de regimes cambiais, a desvalorização da moeda aumentou a inflação em 30%, logo no primeiro semestre de 2002, refletindo os inevitáveis aumentos de custos. Logo após, no segundo semestre de 2002, o nível de preços tem uma pequena queda, mas se mantém ainda em níveis bastante altos, comparados aos da inflação antes da crise. Até metade de 2004, a inflação tem uma redução significativa e, a partir daí, o que se observa é uma tendência gradual de alta. A inflação argentina tem dado sinais de aceleração nos últimos 5 anos, o que é bastante preocupante, diante da estratégia utilizada pelo governo de impedir reajustes de preços através de congelamentos e pressões governamentais, o que já se mostrou incapaz de evitar processos inflacionários na história recente de vários países. Segundo muitos estudiosos mais pessimistas, a política argentina de manter suas taxas de juros reais em níveis baixos (em 2004 e 2005 foram negativas) para estimular a economia,

contribuiu bastante para aumentar a pressão inflacionária⁴⁵. O governo de Cristina Kirchner terá um grande desafio pela frente nesse sentido.

Conforme apresenta o **Gráfico II.5** abaixo, o país conviveu com crescentes índices de desemprego, na década de 1990, em função da política de valorização cambial e da abertura econômica dos 1990. Em 1996, a taxa de desemprego beirava os 18%. Depois de dois anos de queda, a taxa de desemprego subiu novamente no final da década, atingindo 18,3% em 2001. De 2002 em diante, a taxa de desemprego esteve em processo de queda paulatina, acompanhando a recuperação econômica, chegando até os 7,8% referentes ao ano de 2008, voltando aos 8,6% em 2009, fruto da retração da economia mundial, mas mantendo a tendência de queda do período.

Gráfico II.5 – Taxa de Desemprego na Argentina (1980 – 2009, % da força de trabalho total)



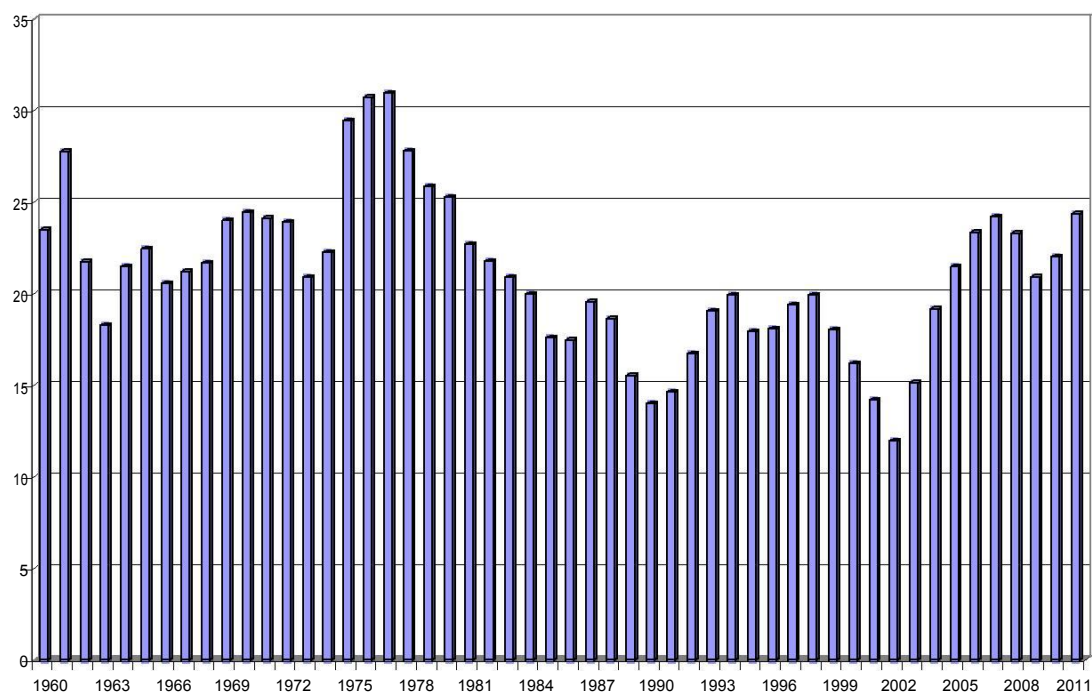
Fonte: INDEC (www.indec.gov.ar)

⁴⁵ Ver CEPAL, 2006.

Durante o período de 1999 a 2003, a questão do emprego esteve relacionada com a queda dos níveis de investimento na economia, assim como sua recuperação posterior a 2003. Conforme mostra o **Gráfico II.6** abaixo, a taxa de investimento caiu dos 20% aos 12% em apenas quatro anos, iniciando logo depois um período de recuperação. A expansão anual do investimento foi da ordem de 42,7% ao longo da recuperação, representando 57% do crescimento do PIB nesse mesmo período.

Os níveis de investimento atuais são maiores do que os apresentados durante o período em que vigorou a conversibilidade (**Gráfico II.6**). De fato, a paridade cambial funcionou a favor da compra de bens de capitais e insumos importados, enquanto que o investimento externo constituiu-se, majoritariamente, na compra de empresas e não em projetos novos. Ocorre atualmente o contrário, onde a moeda desvalorizada não favorece a importação.

Gráfico II.6 – Taxa de Investimento (% do PIB) – Argentina



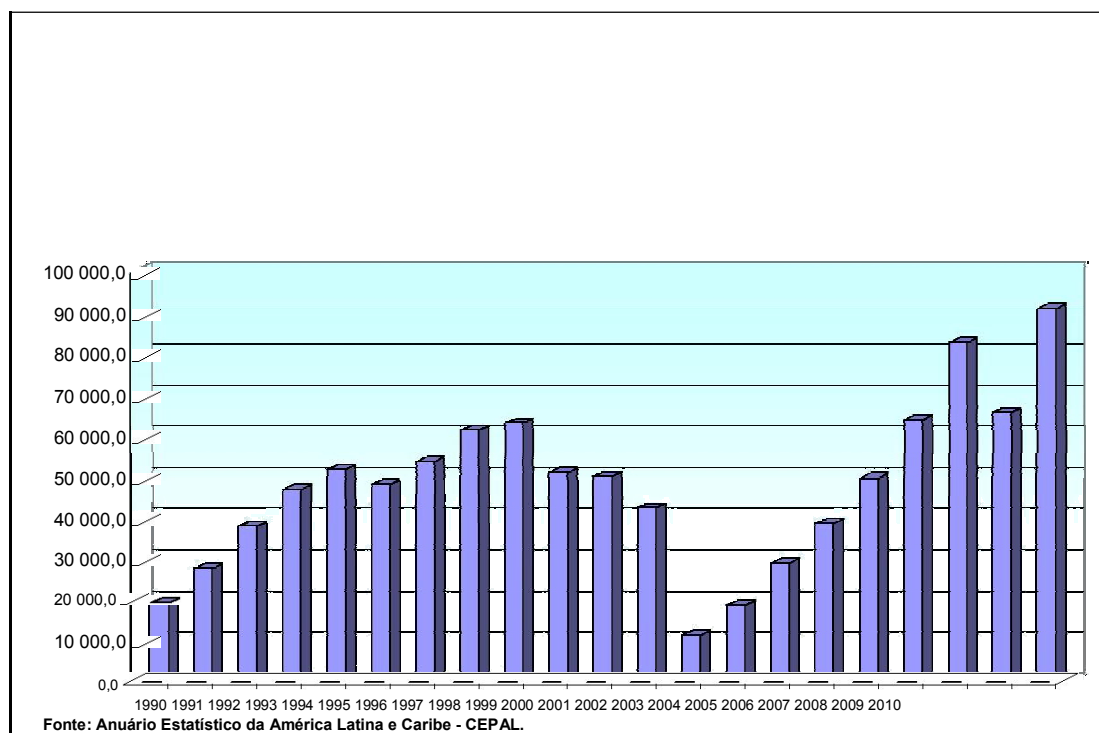
Fonte: INDEC (www.indec.gov.ar)

A falta de investimentos estrangeiros diretos é um problema que persiste desde a crise econômica de 2001 e é agravado pela crise mundial de 2008, devido à desconfiança dos investidores em relação ao país e às políticas econômicas adotadas. As políticas de contenção de preços através de congelamentos e pressão governamental acabam por inibir ainda mais estes investimentos. Conseqüentemente, entre 2001 a 2005, do total dos investimentos diretos externos destinados à América Latina e Caribe, a Argentina ficou com apenas 5%, enquanto o Brasil ficou com 28% (CEPAL, 2006).

De acordo com a nova metodologia Ministério da Economia e Comércio argentino, o período analisado apresenta uma modificação substancial da participação do setor produtor de bens e serviços na economia, com forte tendência para a inversão e uma maior diversificação dos motores da economia⁴⁶. As políticas implementadas por Nestor Kirchner objetivaram garantir a desvalorização cambial, acumulando reservas suficientes para sustentar o nível de câmbio, gerando sucessivos superávits fiscais e um horizonte de melhora do nível dos salários e da equidade distributiva.

⁴⁶ De acordo com a metodologia implementada pelo MECON (2006: 13), os motores do crescimento podem ser encontrados calculando o quociente entre a variação do valor dos bens e serviços produzidos por um setor, e a variação do PIB total, ambos em termos absolutos.

Gráfico II.7 – Formação Bruta de Capital: a preço corrente de mercado - (1990 – 2010)



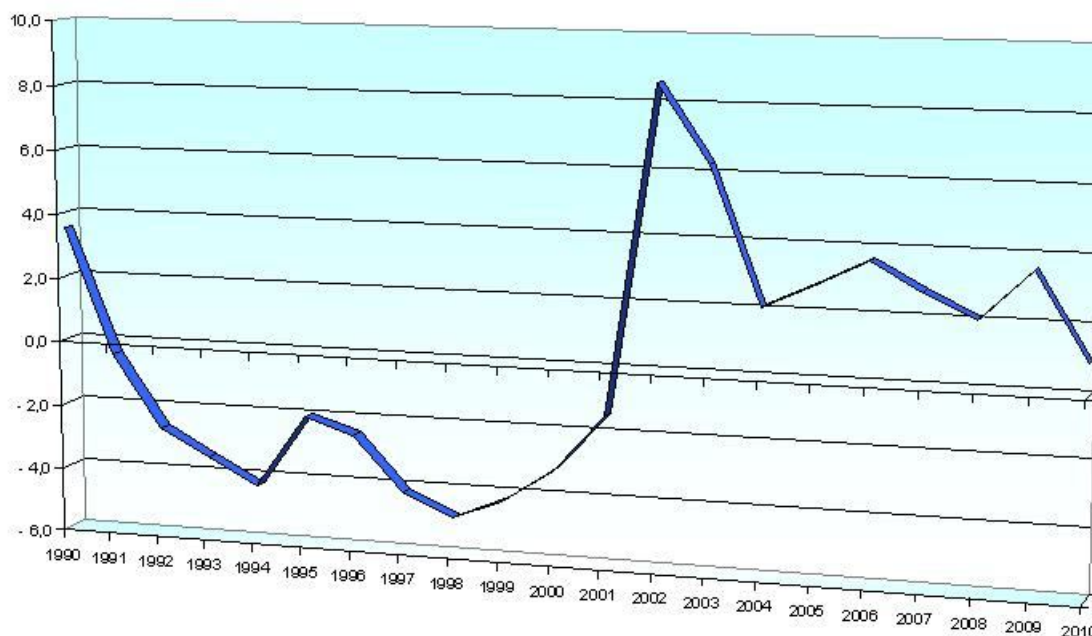
Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe – CEPAL.

No entanto, o que podemos concluir a partir dos dados obtidos é que a evolução da indústria é crescente, mas não o suficiente para reverter a tendência de quase 30 anos de perda de participação relativa do setor no produto total (PORTA & FERNANDEZ, 2008: 41). O setor de serviços, em plena ascensão desde o processo mundial de financeirização da economia, ainda é o principal setor na Argentina, mesmo com a queda na intermediação financeira. O crescimento da atividade de construção civil é a grande novidade do período. Assim mesmo, o superávit comercial continua sendo puxado pelos produtos agropecuários, aprofundando o processo de deterioração dos termos de troca da Argentina.

Desde 2001, com a adoção do regime de câmbio flutuante e da desvalorização do peso, a balança comercial inicia uma melhora em seu desempenho. A recessão econômica diminuiu em 65% as importações entre 2000 e 2002, refletindo na retração avassaladora do segmento de bens de capital e intermediário, cujas importações caíram 61%. O crescimento

das exportações possibilitou a existência de substanciosos superávits comerciais. A partir de 2003, com a recuperação da economia e as quedas na exportação, a balança comercial começa a ter seus superávits reduzidos, apesar da manutenção da taxa de câmbio desvalorizada.

Gráfico II.8 – Resultado da Conta Corrente – Percentual do PIB Argentino.



Fonte: Anuário Estadístico da América Latina e Caribe – CEPAL.

A crise de 2001 provocou forte retração das reservas devido ao ambiente de incerteza interna e à ocorrência de saldos negativos no saldo comercial. A partir de 2002, com a retomada do crescimento econômico, as reservas começaram a se recompor, puxadas pelos sucessivos superávits no saldo comercial.

O modelo econômico adotado pelo presidente Kirchner é chamado por alguns economistas como modelo do dólar alto, por manter o câmbio real em níveis competitivos. Mesmo não sendo uma política anunciada, existe uma banda de flutuação entre 2,85 e 3,9, atingindo o valor de 4,11 pesos por dólar em 2011, buscando estimular as exportações, a

produção interna, especialmente, de bens transacionáveis, além de reduzir a dependência em relação ao capital financeiro internacional.

Logo após a crise de 2001/2002, o motor de crescimento e da recuperação foi o setor externo. Com a desvalorização do peso argentino, o setor exportador aumentou sua competitividade internacional, com preços relativos mais baratos, favorecendo a produção doméstica e dando impulso para o setor de bens de consumo. A partir de 2003, a Argentina inicia um processo de recuperação baseada no crescimento do consumo, que aumentou 26% em termos reais entre 2002 a 2005, enquanto as exportações cresceram 56% no mesmo período, diante de um cenário externo bastante favorável, com o PIB mundial expandindo 4,73%, de 2003 até 2008.

Do final de 2004 até os dias de hoje, o ciclo de expansão se mantém, baseado nos componentes internos de demanda, juntamente com o bom desempenho das exportações. Em sintonia com o aumento da produção, o salário real tem se mostrado em expansão, ainda que modesto e insuficiente para recuperar os padrões de renda da população em relação ao início da década de 1990. Conclui-se que o nível de vida da população, que foi se degradando ao longo do período de conversibilidade e sofreu forte queda entre 1998 a 2002, vem melhorando, com o aumento do consumo per capita e a redução da população abaixo da linha de pobreza. A desvalorização cambial também desempenhou forte papel na substituição dos fatores de produção, barateando a mão-de-obra em relação ao maquinário. A combinação de aumento do emprego com aumento do salário propiciou o aumento do consumo.

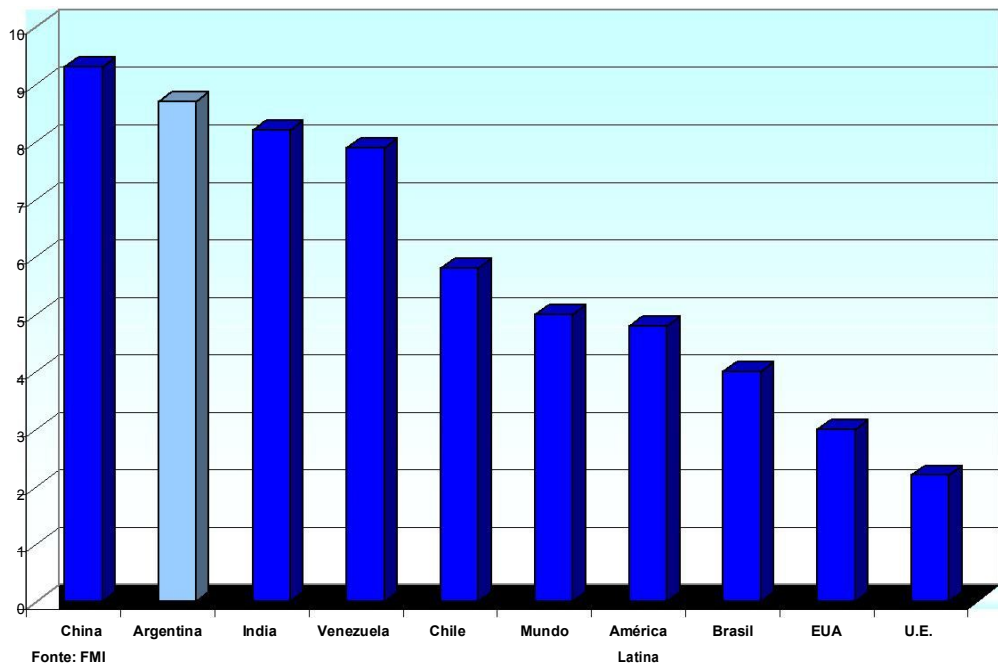
Atualmente, um dos desafios da economia argentina é acomodar o excesso de dólares que entra na economia causado, tanto pelo superávit comercial, quanto por operações financeiras. Desde 2004, o governo vem utilizando estratégias de contração da base monetária que vão além da esterilização através de títulos. Tais operações só foram possíveis em razão da melhora das contas públicas que permitiram um alívio sobre as operações do Banco Central, possibilitando que o governo pudesse contrair a base monetária. O modelo de dólar alto dá incentivo ao setor exportador e à produção local das atividades mais dinâmicas. Superávits na conta corrente favorecem a acumulação de divisas

pelo Banco Central, protegendo a economia de riscos causados pela volatilidade do mercado financeiro internacional de ajustes bruscos na economia internacional, e da importância de contar com ativos externos suficientes diante das incertezas nos mercados externo e interno.

Dentro dos marcos descritos anteriormente, a evolução da política financeira após o fim do regime de conversibilidade evidencia uma das conseqüências mais importante para o processo de retomada do crescimento econômico argentino. Vigente entre 1991 e 2001, o regime de conversibilidade obrigou o Governo a sustentar uma taxa de câmbio altamente sobrevalorizada, determinando assim um progressivo aumento da dívida pública. Em tese, de uma maneira muito perversa, o próprio aumento da dívida pública da Argentina foi fundamental para a manutenção do regime de conversibilidade.

Em contraposição, o regime econômico pós-conversibilidade se pauta na manutenção de uma taxa de câmbio competitiva, no ingresso “genuíno” de divisas internacionais mediante uma balança comercial superavitária e na diminuição em termos relativos do endividamento público. Tais diferenças ficam ainda melhor refletidas nas atividades econômicas privilegiadas e atores beneficiados por cada regime. Enquanto no período de convertibilidade foi encorajado o desenvolvimento do setor financeiro, a desvalorização cambial deu um impulso maior para a atividade produtiva, principalmente o setor de manufaturados e matéria-prima. A reestruturação da dívida pública gerou uma posição fiscal mais folgada, contribuindo para reduzir o peso dos juros no orçamento nacional e liberando recursos para promover o crescimento do mercado interno. Neste sentido, após 2002 se observa uma progressiva erosão sobre a capacidade dos credores, setor financeiro e instituições internacionais, como FMI, Banco Mundial, etc, em condicionar estruturalmente a dinâmica de crescimento econômico argentino, que nos últimos dez anos cresceu a taxas equiparáveis a economia chinesa, simultaneamente a conquista de maior grau de autonomia financeira obtido pelo Governo.

Gráfico II.9: Taxa de Crescimento, Países Seleccionados (média anual, 2003-2010)



Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe – CEPAL.

II.5 A evolução dos índices sociais da Argentina pós-2002.

Constituída por 23 províncias e o Distrito Federal de Buenos Aires, a Argentina é, de acordo com sua Constituição Federal (promulgada em 1994), uma República Federativa cuja população, em 2001, era de aproximadamente 36 milhões de habitantes, dos quais 86% viviam em áreas urbanas. Mais de um terço da população vive ao redor de Buenos Aires, capital e cidade mais populosa, com população de 13.827.203 habitantes, incluindo a periferia metropolitana. Outras importantes cidades são: Córdoba, cuja área metropolitana tem uma população de 3.066.801 habitantes, região industrial e universitária; a zona portuária do Rio Rosário, cuja área metropolitana tem uma população de 1.160.000 habitantes; Mendoza com população 1.579.651 habitantes; Tucumán com população de 1.338.523 habitantes e Mar del Plata com população de 520.000 habitantes.

Na **Tabela II.2** abaixo, pode-se notar que a população argentina concentra-se em quatro ou cinco províncias mais populosas, onde estão localizadas as maiores cidades. É clara a disparidade entre a densidade demográfica nessas províncias mais populosas, como Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé; e a densidade demográfica na maioria das outras províncias, sobretudo na Patagônia, no sul do país, como Tierra del Fuego, Santa Cruz, Rio Negro e Neuquén.

Esse processo de concentração populacional urbana foi resultado do processo de industrialização, modernização da agricultura, urbanização e migração para as grandes cidades ocorrida ao longo do século XX. Conforme demonstra o **Gráfico III.10** abaixo, na virada do século XIX para o século XX, a população argentina que vivia em cidades não alcançava 40% do total. Ao longo do século passado, essa percentagem cresceu gradualmente até beirar os 90%, na virada do século XXI.

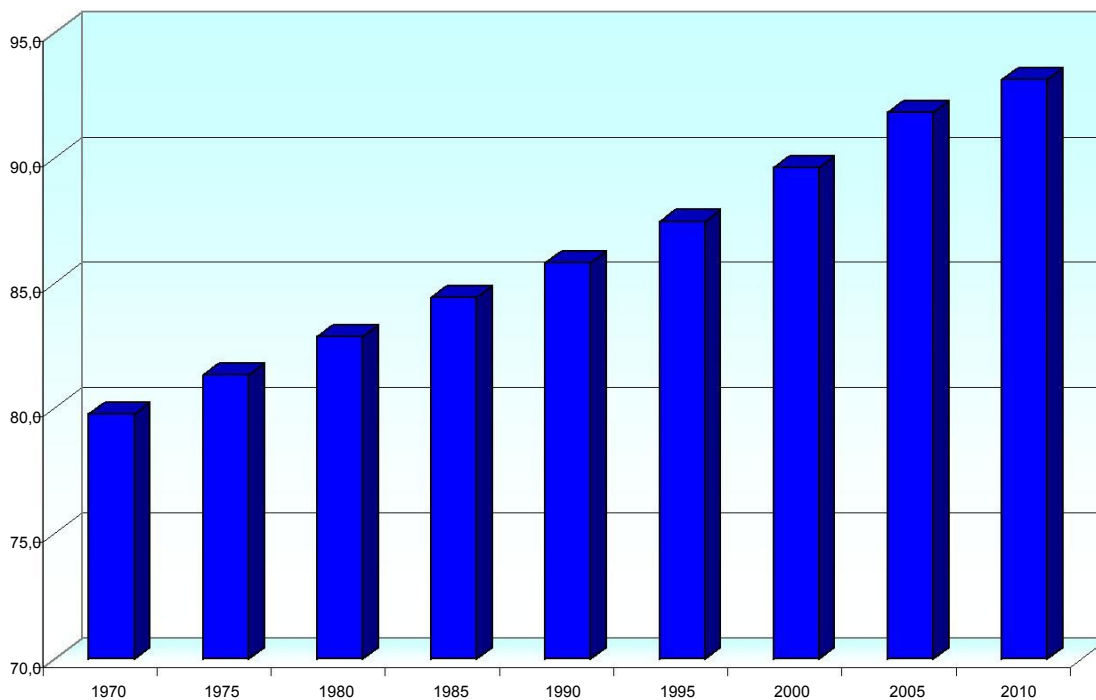
TABELA II.2 – População, Razão de Sexo e Densidade Demográfica (2010)

Provincia	Total	Razão de sexo(1)	Densidade hab/km ²
Total	41.523.000	94,9	13
Ciudad de Buenos Aires	2.776.138	82,9	13680
Buenos Aires	13.827.203	94,7	45
Catamarca	334.568	99,1	3,3
Chaco	984.446	99,6	9,9
Chubut	413.237	100,4	1,8
Córdoba	3.066.801	94,4	18,6
Corrientes	930.991	97,4	10,6
Entre Ríos	1.158.147	96,3	14,7
Formosa	486.559	100,7	6,8
Jujuy	611.888	97,1	11,5
La Pampa	299.294	99,4	2,1
La Rioja	289.983	99,9	3,2
Mendoza	1.579.651	94,9	10,6
Misiones	965.522	100,6	32,4
Neuquén	474.155	99,3	5
Río Negro	552.822	98,7	2,7
Salta	1.079.051	98	6,9
San Juan	620.023	95,3	6,9
San Luis	367.933	99,4	4,8
Santa Cruz	196.958	104,1	0,8
Santa Fe	3.000.701	94,2	22,6
Santiago del Estero	804.457	100,4	5,9
Tierra del Fuego	101.079	104,7	4,7
Tucumán	1.338.523	96,6	59,4

(1) Razão de sexo: quantidade de homens por cada 100 mulheres.

Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe – CEPAL.

GRÁFICO II.10 – Percentual da População Urbana na Argentina (1970-2010)



Fonte: Anuário Estatístico de América Latina e Caribe - CEPAL.

Todo esse processo trouxe um inegável aumento da capacidade de geração de renda e riqueza da população. No entanto, por um lado, essa renda não foi igualmente distribuída. Por outro, não se pode enxergar as questões sociais apenas em função da renda.

Apesar dos enormes limites que os Indicadores Síntese de Desenvolvimento Humano possuem, as Nações Unidas produzem indicadores sintéticos, entre os quais o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴⁷ e o Índice de Pobreza Humana (IPH)⁴⁸. Como podemos observar pela **Tabela II.3**, na Argentina estes índices apresentaram resultados durante o período observado que nos chamam atenção.

⁴⁷ De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, o IDH foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

⁴⁸ O IPH é utilizado para medir as carências quanto ao desenvolvimento humano nas mesmas dimensões que o IDH. As variáveis utilizadas para indicar essas dimensões são: o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos; o percentual de adultos analfabetos; e o estabelecimento de condições econômicas essenciais para um padrão de vida adequado, medidas pelo percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e pelo percentual de crianças menores de 5 anos com insuficiência de peso.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, os países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; aqueles com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; e IDH maior que 0,800 é considerado alto. De acordo com essa classificação, conforme a **Tabela II.3** abaixo, a Argentina apresenta um médio IDH (0,788), beirando, portanto, a faixa a partir do qual é considerado alto. Na realidade, além da cidade de Buenos Aires (0,836), quatro províncias já têm IDH maiores do que 0,800: Chubut, Neuquén, Santa Cruz, Tierra del Fuego. Esse quadro confere à Argentina a posição de destaque entre os países da América Latina com maiores índices de desenvolvimento humano.

Na **Tabela II.3**, nota-se também que o IDH da Argentina em 2000 era de 0,797; ou seja, maior que os atuais 0,788. O mesmo acontece na maior parte das províncias: os índices de 2000 são maiores que os de 2005. Essa pequena queda representou uma quebra na tendência de crescimento dos índices, resultado direto da crise de 2001. Não há como falar da conjuntura econômica e social da Argentina sem uma breve avaliação dos acontecimentos da década de 1990 e da crise logo depois da virada do século XXI. Suas conseqüências e implicações marcaram fortemente as políticas e a opinião pública argentina até os dias de hoje.

Tabela II.3 – IDH, Argentina e Províncias (1995 – 2005)

Província	IDH			
	1995	2000	2002	2009
Ciudad de Buenos Aires	0,820	0,838	0,824	0,836
Buenos Aires	0,764	0,782	0,766	0,785
Catamarca	0,759	0,775	0,762	0,767
Córdoba	0,777	0,794	0,773	0,789
Corrientes	0,733	0,753	0,737	0,759
Chaco	0,727	0,752	0,734	0,755
Chubut	0,764	0,780	0,773	0,816
Entre Ríos	0,749	0,769	0,757	0,775
Formosa	0,718	0,730	0,730	0,747
Jujuy	0,712	0,742	0,736	0,741
La Pampa	0,766	0,780	0,778	0,793
La Rioja	0,763	0,773	0,761	0,777
Mendoza	0,768	0,789	0,776	0,790
Misiones	0,725	0,752	0,730	0,753
Neuquén	0,779	0,795	0,786	0,801
Rio Negro	0,772	0,789	0,779	0,794
Salta	0,750	0,770	0,754	0,765
San Juan	0,759	0,773	0,763	0,776
San Luis	0,755	0,782	0,758	0,768
Santa Cruz	0,813	0,823	0,812	0,819
Santa Fe	0,776	0,792	0,772	0,785
Santiago del Estero	0,728	0,759	0,745	0,757
Tierra del Fuego	0,799	0,821	0,804	0,823
Tucumán	0,748	0,761	0,749	0,769
Total	0,782	0,797	0,781	0,788

Fonte: Informe de Desarrollo Humano 2012, PNUD

Desde 1994, se observava, na Argentina, tendências indicando um baixo dinamismo do mercado de trabalho e uma crescente desigualdade de renda que levaram à crise social de 2002⁴⁹.

A crise econômica teve enorme impacto nos sistemas de saúde e educação argentinos, com deterioração dos indicadores de bem-estar social. Com os altos níveis de desemprego e informalidade, a desigualdade entre os níveis de renda aumentou drasticamente. A falta de

⁴⁹ Ver gráfico II.8.

uma resposta do governo central para as mudanças das condições de vida da população implicou na multiplicação de pequenas e desordenadas iniciativas, na maioria das vezes, por parte das províncias e governos locais, com objetivo de aliviar as latentes pressões sociais. A intensificação e multiplicação de tais iniciativas acarretaram muitas sobreposições, variado grau de inconsistências e um acúmulo de ineficiências. Portanto, o aumento na incidência de pobreza registrado após o fim da conversibilidade se explica, em parte, pelo impacto macroeconômico gerado, e por outro lado, pela situação prévia que se configurava.

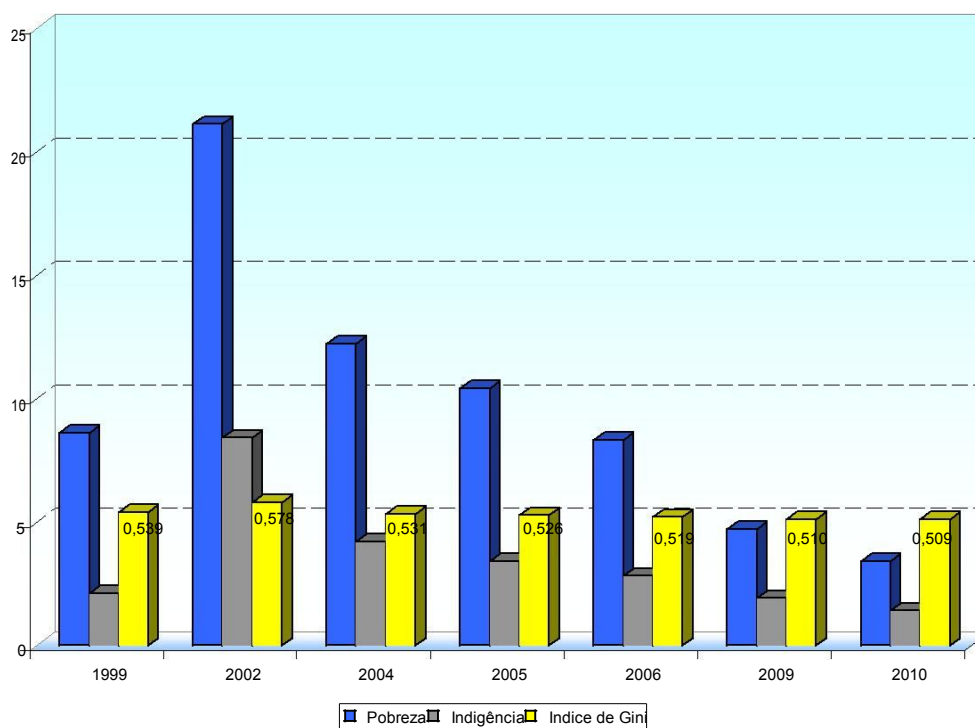
Já no segundo semestre de 2002, sem participação do governo, os indicadores do mercado de trabalho apresentou uma reversão na sua tendência de aumento do desemprego. Desde 2003, a geração de emprego vem mostrando um crescimento consistente. Este processo foi acompanhado de certa recuperação salarial e melhora na distribuição de renda. Todos esses fatores contribuíram para a redução dos níveis de pobreza e indigência no país.

A partir dos microdados da Pesquisa Permanente de Domicílios (*EPH – Encuesta Permanente de Hogares*), correspondente aos 28 aglomerados urbanos do país, é possível aprofundar a análise da evolução recente da pobreza. Destes dados, é possível relacioná-los com a dinâmica de importantes fatos operados pelo mercado de trabalho argentino.

O conhecimento profundo dos fatores associados às transições de situação de pobreza é relevante ao contexto atual do país. Apesar da forte redução da incidência da pobreza e indigência, existe ainda uma elevada porcentagem de domicílios e indivíduos que permanecem nesta situação.

Como já foi mencionado, antes do abandono da convertibilidade, e como resultado da diminuição da renda nominal e da deficiente geração de empregos, quase 38% da população viviam em domicílios com renda mensal abaixo da linha de pobreza. Logo após a desvalorização do peso, a proporção da população em situação de pobreza alcançou 54,5%, e somente entre o segundo semestre de 2001 e o primeiro semestre de 2002, a porcentagem de domicílios pobres aumentou 14,7 pontos percentuais.

Gráfico II.12 – Percentual da população argentina abaixo do nível de indigência e pobreza, e Índice de Gini. (1999 – 2010).



Fonte: INDEC (www.indec.gov.ar)

As variações nos níveis de pobreza podem ser decompostas a partir de dois efeitos distintos (MAHMOUDI, 1998): de um lado, a mudança ocorrida como consequência das variações na renda média total dos domicílios – efeito crescimento –, e por outro, a desigualdade de renda entre os domicílios mais pobres e os mais ricos – efeito distribuição. Por sua vez, o “efeito crescimento” pode ser decomposto em “efeito inflação”⁵⁰ e “efeito renda nominal”. O primeiro indica quanto foi a variação no nível de pobreza decorrente do aumento de preços. O segundo quantifica o impacto da variação da renda média da população.

Em 2007, uma pesquisa em conjunto da Universidade Nacional de General Sarmiento e a Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho Argentino, desenvolveu um estudo sobre a variação da pobreza a partir dos

⁵⁰ Este efeito é medido a partir das mudanças no valor da Cesta Básica.

dados da *EPH*. Com base nos dados, os autores do Estudo desenvolveram um método para calcular os impactos dos “efeitos renda e distribuição” sobre os índices de pobreza⁵¹. Até 2002, a coleta de dados do *EPH* era realizada pontualmente, duas vezes por ano, em maio e outubro. A partir de 2003, acontece semestralmente, no meio (entre os meses de maio e agosto) e no final do ano (novembro a janeiro).

TABELA II.4 – Análise dos Dados da *Encuesta Permanente de Hogares (EPH)*.

Decomposição da variação da pobreza (domicílios)						
	Varição da taxa de pobreza em pontos percentuais	Efeito renda (%)	Efeito renda nominal (%)	Efeito inflação (%)	Resíduo (%)	Efeito distribuição (%)
EPH PONTUAL						
out00-out01	4,32	75	81	-6	0	25
out01-mai02	13,4	93	27	65	1	7
mai02-out02	4,3	94	-60	160	-6	6
out02-mai03	-3,1	73	53	18	1	28
EPH CONTINUA						
2sem03-2sem04	-6,7	78	98	-21	0	22
1sem04-1sem05	-4,7	75	113	-45	8	25
2sem04-2sem05	-5,1	78	140	-63	1	22
1sem05-1sem06	-5,69	72	146	-67	-7	28
2sem05-2sem06	-5,5	78	120	-39	-3	22
2sem03-2sem06	-17,3	79	118	-37	-1	21

Fonte: Elaborado por MAURIZIO, PERROT & VILLAFANE, 2007, a partir dos microdados da EPH.

Durante 2001, a renda média da população já diminuía, explicando a maior parte do empobrecimento da população argentina (efeito renda), uma vez que houve, inclusive, deflação no período, o que barateou a cesta básica de alimento. A degradação da distribuição de renda é o fator complementar para explicar o empobrecimento da população em 2001. A partir deste momento, o efeito distribuição perde relevância e o aumento dos níveis de pobreza se explica, fundamentalmente, pela queda na renda real.

⁵¹ Ver (MAURIZIO, PERROT & VILLAFANE, 2007).

No primeiro semestre de 2002, o aumento expressivo da inflação fez com que o poder de compra da população se reduzisse. Particularmente, no segundo semestre de 2002 houve um significativo aumento da renda média familiar na Argentina, ocasionada pela instauração, a toque de urgência, do Plano *Jefes de Hogar*. Infelizmente, o aumento da renda não foi suficiente para compensar o aumento nos preços⁵².

Apesar de eventuais deficiências, o programa *Jefes de Hogar* foi muito bem sucedido em reduzir a taxa de indigência entre seus participantes. Indigência é pobreza extrema medida em renda necessária para aquisição do mínimo de nutrientes diários necessários à sobrevivência de uma pessoa. Quatro meses após o início do programa, a taxa de indigência entre as famílias beneficiadas já havia caído quase 25% e entre os indivíduos de uma maneira mais geral, um pouco acima de 18%. Como se pode notar, a redução da pobreza não foi maior, muito por conta da restrição imposta aos participantes, apenas os chefes de domicílio, e pela renda provida, que se encontra ainda abaixo da linha de pobreza.

O efeito inicial sobre a taxa de desemprego foi considerado desapontador. Em abril de 2002, logo após a implementação do programa, a taxa de desemprego recuou alguns pontos. Entretanto, já em maio de 2002, a taxa voltou a crescer e bateu recordes, indo a 21,5 %; mas foi reduzida para 15,6%, em maio de 2003. No primeiro quarto de 2005, a taxa de desemprego encontrava-se em 13%, entretanto, a metodologia de medição da taxa já havia sido alterada em 2003. A taxa de participação na força de trabalho (PEA) aumentou significativamente, principalmente, por conta da adoção de um formulário de pesquisa mais detalhado, fazendo com que a taxa de desemprego ficasse maior do que na metodologia adotada anteriormente. Mais uma vez, a limitação da participação no programa apenas para chefes de família pode ser apontada como a razão principal para que a queda na taxa de desemprego não tivesse sido maior.

O programa também não foi capaz de reduzir as taxas de desemprego e subemprego a níveis considerados adequados. Parte da explicação cabe à entrada de um contingente amplo de mulheres que anteriormente não se encontravam no mercado de trabalho. Houve um surpreendente afluxo de mulheres no programa, chegando a

⁵² O Plano foca na transferência de renda para os mais pobres, e seu impacto foi ainda mais expressivo sobre os níveis de indigência do que de pobreza. Ver CONCEIÇÃO, 2007.

contabilizar cerca de 64% dos participantes de todo o programa. A explicação parece ser que muitos domicílios preferiram colocar as esposas como participantes enquanto os maridos tentam emprego no setor privado. Como a renda provida pelo programa Jefes de Hogar é pequena, as mulheres têm sido designadas como “chefes de família” para receberem uma renda suplementar. Dessa forma, as mulheres entram no mercado de trabalho para participar do programa, enquanto seus maridos procuram emprego, na grande maioria das vezes no mercado informal⁵³.

O programa foi bem sucedido em conseguir atingir seu público-alvo. Os beneficiários são, em sua grande maioria, famílias carentes, morando em domicílios superpopulosos ou em condições inadequadas de moradia e com falta de saneamento. As taxas de dependência, que medem o número de familiares por pessoa empregada num domicílio, são altíssimas entre os beneficiários, com uma média de dependência de 3.9 pessoas por pessoa empregada. Participantes do programa são geralmente indivíduos com baixo nível de escolaridade e de renda. A vasta maioria tem apenas até o segundo grau completo, e pertencem à base da pirâmide de distribuição de renda.

Esta tendência de aumento da população abaixo dos níveis de pobreza começou a se reverter no início de 2003. A renda média familiar começa a se recompor com maior velocidade do que o aumento nos preços. A própria inflação desacelera, passado o impacto da desvalorização do peso. Soma-se a esses fatores, a iniciativa do governo em diminuir a desigualdade através de programas sociais.

O novo regime cambial veio acompanhado de um forte dinamismo na geração emprego. No final de 2002, a taxa de atividade já se encontrava acima da observada no ano interior. Enquanto em 2003, a taxa de atividade supera o valor de 1998, valor máximo do período de conversibilidade.

Esta evolução positiva, explicada tanto pelas elevadas taxas de crescimento do nível de atividade como pelo crescimento acelerado das atividades intensas no uso de mão-de-obra, foi acompanhada de certa recomposição salarial, ainda que em menor intensidade

⁵³ Fonte: www.indec.mecon.ar.

que a experimentada pela geração de emprego. Os salários reais médios começaram a experimentar um processo de recuperação a partir de 2003.

O resultado do aumento da ocupação e dos salários se reflete no processo de crescimento na renda média dos domicílios argentinos a partir de 2003. Conjuntamente, observou-se paulatina melhora na distribuição de renda. Nesse processo, tanto o “efeito crescimento” quanto o “efeito distribuição” foram importantes, com maior ênfase para o primeiro. Assim, verifica-se que o aumento da renda real recupera-se, apesar da inflação ocorrida no período.

A taxa de saída efetiva de pobreza no período de 2003-2007 foi da ordem de 33% ao ano. Significa que um terço dos domicílios inicialmente pobres conseguiram superar a linha de pobreza. Entretanto, boa parte da população permanece abaixo da linha de pobreza.

Contrasta com este panorama, a fraca importância que as transferências de renda pelo governo têm no processo de saída da linha de pobreza. Isto significa que as transferências monetárias feitas pelo governo, analisadas isoladamente, tiveram pouca influência no aumento da renda *per capita* argentina. Um resultado esperado, já que as políticas de transferência de renda vêm reduzindo sistematicamente seus montantes de transferências. O lado positivo desta constatação, é que o aquecimento da economia está diminuindo a necessidade dos trabalhadores inscreverem-se no Plano para receber um salário que na prática é o mais baixo praticado na economia Argentina.

A diminuição da incidência da pobreza na Argentina não foi homogênea através dos diferentes tipos de domicílio. Domicílios com certas características experimentaram, com menor frequência e intensidade, as melhoras nos índices sociais. Em particular, domicílios com presença de crianças obtiveram taxas mais elevadas de pobreza e também menor probabilidade de sair dessa situação. Isto indica que em domicílios com presença de crianças são mais frequentes os fluxos de entrada, a pobreza, com duração de tempo maior, do que comparado a domicílios sem presença de crianças.

II.6 O Ciclo Econômico Argentino Atual: uma abordagem pendular.

As características do processo expansivo iniciado em 2003 parecem conduzir para a repetição de um ciclo bastante habitual na história argentina. Antigamente, estes ciclos supunham uma alternância de regimes de política econômica que não conseguiam alcançar uma estabilidade que os permitisse superar as restrições primordiais para o crescimento econômico argentino: a excassa inclusão social; e a restrição externa ou de divisas, típica de uma economia periférica - configurando o movimento pendular que caracterizou boa parte da história econômica argentina na última metade do séc. XX. A experiência recente nos sugere que os ciclos pendulares de expansão e recessão continuam caracterizando a dinâmica econômica argentina, e conjuntamente, fazendo reaparecerem antigos conflitos inerentes a este processo, como as tensões entre classes sociais e a inflação.

O grande divisor de águas em termos de política econômica em comparação com os anos 1990 se dá principalmente com relação às políticas monetárias e cambiais. A idéia balizadora de sustentar uma taxa de câmbio desvalorizada como impulsionadora do crescimento econômico via aumento das exportações e resultante melhora com relação às restrições de divisas. Contudo, a inflação cada vez mais persistente vem deteriorando o nível de câmbio real, ao mesmo tempo em que acentua o conflito distributivo.

Este processo acentua os conflitos distributivos inerentes ao modelo. Dado a intenção do Governo Central em aumentar os impostos sobre as exportações agrícolas (principalmente a soja), aumenta a resistência do setor agropecuário. Setor este, que tem acumulado cada vez maior participação na obtenção de divisas internacionais, fundamental para a política econômica argentina.

A reboque da política cambial competitiva, a manutenção de uma maior inclusão social gerada pelo aumento do nível de emprego fica cada vez mais fragilizada, ou mesmo contraditória, uma vez que conforme o desemprego diminui aumentam as pressões por aumento real do salário. As reformas trabalhistas sofridas nos anos 1990 diminuíram a capacidade de barganha dos trabalhadores por aumentos salariais, o que contribuiu para que a política de ajuste cambial de 2002 fosse exitosa. Mas os níveis crescentes de inflação parecem nos mostrar que o ajuste salarial inerente sofreu apenas um atraso.

Desta lógica exposta acima, é que resgatamos a idéia de ciclos pendulares descritos por Diamond. O agravamento do conflito distributivo (com seu efeito inflacionário via pressão sobre os custos, como salários, e seu alcance corrosivo sobre o nível de competitividade) parece ser inerente ao processo. Por sua vez, a pressão inflacionária originada pelo ajuste cambial de 2002, é ainda mais estimulada pelo processo de crescimento, acirrando as demandas dos atores em conflito (empresários e sindicatos). Certamente, este processo em nada permite afirmar sua condução para uma restauração do equilíbrio. Seu resultado é fruto dos ciclos de expansão e recessão que a Argentina enfrenta por décadas, e uma análise mais cautelosa põe em xeque qualquer alternativa de estratégia de crescimento com inclusão social para o país.

Emerge deste modo, após a desvalorização cambial de 2002, uma tendência para um ciclo de inclusão, onde o aumento do emprego pressiona por um novo ajuste do câmbio real, até o nível em que o processo de expansão da economia é revertido. Isso quer dizer, como já se explicou anteriormente, que momentos de expansão da economia conduzem a aumentos do nível de emprego e recompõe gradualmente o poder de barganha dos trabalhadores, derivando em aumento do nível de salário na economia⁵⁴.

Uma vez que os empresários irão sempre preservar sua margem de lucro, o aumento salarial impacta nos custos e é transferido para o nível de preços. Como podemos prever, uma vez que a demanda por aumentos salariais persiste, este processo acaba se manifestando em uma inflação retro-alimentável. Diamond sempre chamou a atenção para o diagnóstico errôneo difundido pela maioria dos economistas de atribuir a inflação a um excesso de demanda ocasionado por uma maior liquidez. Ao contrário, percebia que se o nível de utilização da economia se apresentava abaixo de seu potencial (nível de pleno emprego), um aumento da liquidez geraria um aumento da utilização do aparato produtivo. A inflação aparece associada à busca por divisas e a política de cambio competitivo:

“O efeito inflacionário dos aumentos de liquidez se deve (...) a reativação como tal faz com que se perda o feito de freio sobre os preços e salários que se tem durante a recessão. (...) Isto significa que ao invés de culpar o excesso

⁵⁴ Esse ajuste não ocorre automaticamente, mas a lógica econômica nos faz concluir que a saída da economia de uma recessão é condição necessária para a recomposição da capacidade de barganha dos trabalhadores.

de liquidez pela inflação, deve-se atribuir a culpa à busca por ingresso de divisas e mobilizar esforços para desativa-la". (DIAMAND, 1988, p.54, tradução livre)

A questão importante, e não apenas no caso argentino, é se a inflação está de alguma forma associada ao excesso de demanda, o que justificaria as chamadas conservadoras para esfriar a economia e promover políticas monetárias e fiscais mais rígidas. O **Gráfico II.6** mostra que o nível de investimento da economia argentina, desde 2006, chegou a seu valor anterior ao período da conversibilidade, com cerca de 80% de capacidade produtiva em utilização.

O mesmo pode ser visto na medida de formação bruta de capital fixo (**Gráfico II.7**). Em outras palavras, o investimento tem permitido a capacidade de se ajustar ao nível de demanda e o nível de utilização voltar ao seu normal. De 2003 a 2012, o PIB (aproximação para a demanda) cresceu cerca de 70%, enquanto o investimento cresceu mais 150% (o ajuste de capacidade), em uma base cumulativa. Além disso, embora o desemprego tenha se reduzido de cerca de 25% para cerca de 7,5%, há espaço para os níveis mais baixos de desemprego, algo que é mais importante ainda em uma economia com um número significativo de trabalhadores subempregados, ou empregadas em atividades de baixa produtividade.

Acontece que a inflação resultante da queda na paridade real do câmbio induz a deterioração dos saldos na balança comercial. A crescente apreciação cambial, decorrente do ajuste do nível de preços e salários, acarreta em um destrutivo choque importador e aumento do desemprego, como verificado durante os anos 1990. Dado a violência que esse processo ocorreu na argentina durante o período de conversibilidade, o custo inflacionário da desvalorização de 2002 foi diferentemente baixo à custa da reduzida pressão do salário real resultante. Em suma, a inflação não pode ser associada a um excesso de demanda, uma vez que a evidência não suporta que a economia está acima da capacidade máxima. Além disso, assim entendido o que os dados nos sugerem é que a capacidade de se ajustar à demanda, de modo à inflação em tempos normais (exclua as guerras e outros eventos catastróficos) está relacionada com as pressões de custos.

Não obstante, a economia argentina já apresenta sinais de esgotamento da política de câmbio competitivo. O crescimento econômico começa a desatar forças que tendem a minar o processo, em um conflito inerente a relação antagônica e complementar entre trabalhadores e empresários. Entretanto, este conflito desta vez ocorre numa conjuntura ainda mais extrema do que durante o período do Pêndulo Argentino descrito por Diamand, numa economia mais aberta, com crescimento liderado pela demanda externa e com as antigas restrições impostas pela heterogeneidade estrutural argentina.

De certa maneira, o processo de retomada de crescimento na argentina a partir de 2002 permitiu que a economia recuperasse os níveis normais de utilização da capacidade, e se a economia crescesse a um ritmo mais acelerado, a capacidade teria mais provavelmente se ajustado também, após uma queda abrupta da produção nacional. O perigo real, como sempre, para os países periféricos em desenvolvimento vem do balanço de pagamentos. Como já discutido, o espaço para crescer sem atingir a restrição externa diminuiu durante o período de expansão, aproximando-se de zero já em 2011, mas o limite ainda não foi atingido. Este seria um limite, mas não é um limite da capacidade produtiva da economia, mas imposto pela capacidade de obter divisas internacionais.

CONCLUSÃO

“A Economia Política, considerada um ramo da ciência dos estadistas e legisladores, se propões a dois objetivos: i) proporcionar ao povo um bom rendimento e uma abundante subsistência ou, melhor ainda, dar-lhe as condições para que ele mesmo o faça; e ii) proporcionar ao Estado recursos para que possa cobrir suas necessidades e realizar obras públicas indispensáveis. Em poucas palavras ela se propõe a enriquecer, ao mesmo tempo, o povo e o soberano”.
(SMITH, 1776: introdução do livro, **tradução livre**)

Desde a sua formação, a Argentina organizou seu território como resultado da antinomia Buenos Aires e o Interior. Nos tempos coloniais, a economia de subsistência permitiu o desenvolvimento regional equilibrado. Já no período da economia agro-exportadora (1860-1930) tal equilíbrio começa a ser abalado. A ampliação da participação na produção de bens provenientes dos Pampas, produzindo grãos e carne para exportação, fez com que a Argentina desempenhasse um importante papel como produtor de matérias-primas para o resto do mundo.

Durante a fase de industrialização, tais diferenças regionais se intensificaram com a consolidação da área metropolitana. A economia mundial entrou em crise, impossibilitando o país a vender os bens agrícolas e pecuário em troca de bens industrializados. A Argentina se viu obrigada a substituir a importação de roupas, alimentos, têxteis, eletrodomésticos, automóveis, etc.

Na década de 70 grandes empresas surgiram, e muitas obras de infra-estrutura foram construídas como barragens Chocón-Cerros Colorados, Salto Grande, Yaciretá, na tentativa de criar pólos de desenvolvimento local. A situação socioeconômica do país começa

a entrar em crise a partir dos anos 80, a reboque da dívida externa gerada na era militar. O país foi forçado a implementar políticas marcadas por um discurso de retorno ao Estado de direito e da democracia, claramente de cunho liberal. No entanto, a hiperinflação no país continuou crescendo. Em 1989, foi aplicado o plano de conversibilidade, o que permitiu uma maior liberalização econômica. Com esta política neoliberal, o país passa a ter destaque no Sistema Mundial baseado em:

integração econômica com o Mercosul, especialmente com o Brasil e Chile.

reforma do Estado com a privatização de empresas públicas e a possibilidade de influxos de capital estrangeiro.

Este novo processo trouxe profundas mudanças sociais: a destruição de postos de trabalho e criação outro, mas com uma alta taxa de desemprego, queda dos salários e desempenho consistente aumento da pobreza. A Argentina experimentou importantes transformações econômicas logo depois da crise de 2002 e do abandono da Conversibilidade. Atualmente, e com base na evolução das principais variáveis macroeconômicas da economia argentina, o debate se concentra nas mudanças estruturais do modelo de acumulação vigente, e sobre o papel do Estado na recuperação econômica em curso.

Para concluir, serão resumidos alguns aspectos relevantes da trajetória da Argentina nos últimos dez anos, referindo-me também a algumas de suas limitações e impasses. Será uma tentativa de ilustrar o estilo de desenvolvimento descrito nos capítulos anteriores da presente dissertação, a partir da análise dos dados obtidos. Neste contexto, este trabalho se insere no debate na tentativa de contribuir para a análise das principais características do crescimento econômico argentino no período 2002-2012, fazendo um enfoque especial sobre as rupturas e continuidades que este período apresenta em relação às etapas que levaram à Crise da Conversibilidade dos anos 1990. Dessa forma, se apresenta nesse trabalho, de maneira geral, um estudo sobre os impactos das políticas econômicas dos governos de Nestor e Cristina Kirchner sobre o processo de acumulação de capital da economia argentina. Dois conjuntos de políticas econômicas são aqui destacados: as

políticas de aquecimento da demanda agregada, significando políticas industriais; e as políticas de ajuste do setor externo, ou seja, do Balanço de Pagamentos.

A partir da mudança de regime político ocorrida em 1976, a estratégia econômica adotada levou a um aprofundamento tanto dos laços de dependência econômica, quanto das tendências de exclusão social que são identificadas no país há muitos e muitos anos. No afã de se afastar todas as amarras “populistas” do capitalismo argentino, o regime militar tentou rearticular as relações de dependência, estimulando uma certa “modernização” institucional, e reconstituir o clima de confiança que o grande capital privado, principalmente estrangeiro, tinha da economia argentina. No entanto, o grande fantasma da espiral inflação só é afastado realmente durante o regime de Conversibilidade. Tal período também pode ser analisado como o auge do processo de financeirização da economia, iniciado em 1976, que desemboca na maior crise econômica vivida pelo país.

Transformações macroeconômicas afetaram as economias regionais, que passaram a nortear sua produção para o mercado internacional. O país em meio a uma crise se encontrou obrigado a aplicar novas tecnologias para exportar, principalmente a produção primária. Áreas que eram tradicionalmente industriais, como Córdoba e Rosário, sofreram uma violenta desindustrialização como resultada do aumento das importações, deixando a produção nacional em desvantagem para competir com produtos fabricados no exterior.

Tendo em mente todo o processo que leva a Argentina à crise de 2001, ressaltam-se alguns dos aspectos que distinguem o atual ciclo de retomada do crescimento econômico. A análise dos dados sócio-econômicos disponíveis sobre a economia argentina permitiu observar que entre 2002-20012 a expansão do mercado de trabalho foi determinante na forte redução de incidência de pobreza na Argentina. A importância deste conjunto de eventos para os domicílios pobres argentinos reside tanto na frequência e intensidade em que ocorreu, quanto no impacto gerador de um considerável aumento sobre a renda familiar desses domicílios.

A evidência obtida a partir dos dados analisados indica que a continuidade no processo de melhoramento das condições do mercado de trabalho é condição necessária para que a Argentina continue avançando com a redução dos níveis de pobreza. Mesmo

muito significativa tal redução não foi capaz de contemplar todos os cidadãos que se encontravam abaixo da linha de pobreza, e os níveis de privação continuam elevados, visto que quase uma proporção significativa da população argentina se encontra em situação de pobreza.

Nesse sentido, também se observa aprofundamento de uma característica particular a acumulação de capital na Argentina vigente desde meados da década de 1970: a taxas de lucro acima da natural de longo prazo baseada na redução do salário real (GRANA e KENNEDY, 2008). Uma redução relativa da base salarial da economia, e um proporcional aumento da margem de lucro, fruto da compressão do salário real decorrente da política de desvalorização cambial. Podemos concluir, assim como Diamand reconhece, que o nível de produtividade do país não está relacionado com o câmbio, e é determinante do nível de renda do país (DIAMAND, 1972).

Portanto, adicionalmente ao regime macroeconômico para que se continue gerando empregos, principalmente empregos de qualidade, faz-se necessário que a Argentina aprofunde suas políticas de geração de renda e assistência social por parte do governo central, compensando a degradação do perfil distributivo causado pela desvalorização cambial. Existe uma correlação muito positiva entre o aumento do salário mínimo e aposentadorias, e a melhoria nas condições de trabalho em geral. Importante ressaltar que as políticas de transferência de renda aplicadas pelo governo argentino durante os últimos anos foram bem sucedidas em contemplar os lares mais necessitados, mas não foram suficientes para que o conjunto de domicílios do país ficassem livre da situação de pobreza. De fato, as transferências monetárias por parte do governo não tiveram um efeito direto significativo para a recente dinâmica de pobreza na Argentina.

A expansão da demanda “concentrada”, do setor externo importador de commodities, juntamente com o modesto aquecimento do mercado interno e a ativação da construção civil, permitiu a retomada de altas taxas de crescimento da economia argentina. A situação econômica expansiva leva a retomada e ampliação dos níveis do investimento público e privado nacional (o investimento estrangeiro ainda encontra-se inibido pela

desconfiança agravada ainda mais pela crise de 2008) sem diminuir o ímpeto das atividades produtoras de bens e serviços de consumo conspícuo.

Em termos de política industrial, visto a dificuldade característica de um país dependente de tecnologia externa, o Governo “K” faz um esforço para estabelecer previamente a meta de contribuir para a expansão das exportações líquidas, diminuindo as lacunas e gargalos características de uma estrutura produtiva de um país em desenvolvimento.

Com relação ao ajuste do setor externo, podemos destacar o movimento inverso do grau de abertura externa da economia (ilustrada pelo volume de tarifas a importações vigentes na Argentina). Fazendo um exercício de raciocínio lógico, podemos dizer que enquanto os anos 1990 apresentou estímulos acentuados a importação de bens e serviços, o processo de retomado do crescimento econômico iniciado em 2002 abriu caminho para um novo ciclo de substituição de importações, que demonstra rápido esgotamento de suas fontes de dinamismo.

Os dados acima nos revelam que na Argentina está em curso um processo de recuperação econômica associada à implementação de políticas macroeconômicas significativamente opostas às que vigoraram durante o regime de conversibilidade. Fato ilustrativo foi à recusa da equipe de Roberto Lavagna, ministro da economia de 2002 a 2005, em acatar as medidas sugeridas pela estratégia de recuperação formulada pelo FMI (2004, 2005). De fato, ocorreram alterações nas políticas de Estado da Argentina com respeito ao modelo ortodoxo vigente até a crise de 2001, com a inserção de políticas voltadas para diversificar e reforçar as estruturas produtivas do país, que se circunscrevem numa agenda econômica “novo-desenvolvimentista”.

Mediante uma conjuntura externa mais positiva, num quadro caracterizado pela elevação dos preços das commodities, a reestruturação da dívida externa da Argentina ocorreu conjuntamente com uma dinâmica expansão econômica. Os formuladores de política econômica atuaram dedicadamente para manter a taxa de câmbio num patamar competitivo para os produtos argentinos, através de um processo de concertação do

mercado cambial, políticas de controle de entrada de capitais, recomposição das reservas cambiais e políticas de juros baixos.

Graças ao aquecimento da economia e ao esforço governamental, a arrecadação tributária apresentou aumento expressivo, com sucessivos recordes de arrecadação, permitindo ao governo argentino a retomada dos gastos correntes e investimentos sociais sem maiores objeções dos arautos do fiscalismo estatal. A formação bruta de capital na Argentina cresceu, em média, mais de 30% ao ano, atingindo acima de 35% de participação no PIB em 2010.

Portanto, não é inconsistente a relação que alguns autores estipulam com o caso argentino, ao enquadrá-lo como parte do atual movimento regional de busca por um novo modelo de desenvolvimento marcado pela combinação de estratégias públicas ativas de promoção do crescimento e uma gestão macroeconômica capaz de conciliar solvência fiscal e externa ao equacionamento dos conflitos distributivos deteriorados profundamente durante as décadas de 1980 e 1990. Precisa-se deixar claro que as medidas adotadas ainda não foram capazes de solucionar os problemas estruturais da economia Argentina, como a concentração agrária, a dependência da pauta de exportação em produtos primários e na importação de bens de capital. No entanto, para nos mantermos atentos ao panorama geral, é preciso que se faça um ao demonstrar as possibilidades de grandes mudanças a partir das lutas sociais.

Assim como a ortodoxia foi incapaz de apresentar um diagnóstico para a Argentina pós-2001, é precisa compreender de forma ampla o movimento desencadeado no país. O que ocorre na Argentina é uma estratégia de desenvolvimento que se repete em outros países da América Latina, caracterizado por um crescimento do PIB com aumento da taxa de ocupação dentro de um contexto global de abertura comercial e financeira; conduzido pela forte participação estatal garantindo a renda dos capitalistas; e políticas sociais focalizadas, ainda que de massa, ampliando a base de apoio político popular. A realidade é que está ocorrendo uma significativa melhoria no padrão de vida e nos níveis de bem-estar da população mais pobre da Argentina, bem aquém do necessário é verdade.

Nos últimos 50 anos, o diversos governos que se sucederam na Argentina foram incapazes de superar as restrições ao crescimento econômico derivadas do atraso estrutural que gera um limite para a capacidade do país importar. Após a desvalorização cambial em 2002, as prioridades do governo dos Kirchner passaram a se concentrar para o equilíbrio externo e interno: particularmente o crescimento da produção de exportação e do emprego. Entre 2002 e 2012, o PIB argentino cresceu a uma média de aproximadamente 8,5% ao ano, e o desemprego caiu de 25% em 2002 para uma taxa gravitando ao redor dos 8% a partir do primeiro trimestre de 2008⁵⁵.

A política cambiária foi um elemento decisivo para o processo iniciado em 2002, e eixo fundamental para a estratégia “novo-desenvolvimentista” alternativa ao neoliberalismo argentino. Para qualquer economia que sofre com problemas de restrição de divisas internacionais, uma estratégia de cambio competitivo é uma condição obrigatória para que uma estratégia de crescimento econômico com distribuição de renda seja sustentável. Os resultados econômicos do período pós-crise de 2002 revelam o potencial que as medidas de política monetárias e cambial podem ter para a construção de uma alternativa ao neoliberalismo na Argentina. Entretanto, esses mesmos dados revelam que a falta de um planejamento estratégico em termos de sustentabilidade do processo do crescimento e superação dos problemas estruturais da economia argentina tornam essa euforia em um processo em esgotamento.

⁵⁵ Ver MECOM, 2011.

BIBLIOGRAFIA

ABOY CARLÉS, Gerardo. "Populismo y democracia en la Argentina contemporánea. Entre el hegemonismo y la refundación". *Estudios Sociales*, ano XV, número 27, primeiro semestre, 2005.

ALEJANDRO, C. D. "Southern Cone stabilizing plans." em: CLINE, W.; WEINTRAUB, S. (orgs). *Economic Stabilizing in Developing Countries*. Washington, DC: Brookings Institution, 1981.

AMICO, F. "Argentina: diferencias entre el actual modelo de dólar alto y la convertibilidad", *Investigación Económica*, abril-junho, ano/vol. LXVII, número 264, Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México, pp.63-93. 2008(a).

AMICO, F. "Inflação, salários e lucros Outra vez esta velha maldição argentina", junho de 2008, *Coletivo Crítica Econômica* (<http://criticaeconomica.wordpress.com/>). Consultado em 12/6/2012. 2008(b).

ANSALDI, Waldo. *El Faro del fin del Mundo. La crisis de 2001 o cómo navegar entre el riesgo y la seguridad*. 2003. Disponível em: <http://www.catedras.fsoc.uba.ar/udishal>. Consultado em: 12/02/2012.

ARCEO, E. *Argentina en la periferia próspera*. Renta diferencial, dominación oligárquica y modo de acumulación. Flacso, Universidad Nacional de Quilmes, INDEP, Buenos Aires, Argentina, 2003.

AROSKIND, R. "El país del desarrollo posible". em: JAMES, D. (Dir.) *Violencia, Proscripción y autoritarismo* (1955-1976). Nueva Historia Argentina, Tomo IX. Editorial Sudamericana. Buenos Aires. 2003.

AZPIAZU, D. *Privatizaciones y poder económico*, Buenos Aires, FLACSO-UNQ-IDEP. 2002.

AZPIAZU, D. Schorr, M. "Privatizaciones: la renegociación de los contratos entre la administración Duhalde: ¿replanteo integral de la relación estado empresas privatizadas o nuevo sometimiento a los intereses de éstas últimas?", *Revista Realidad Económica*. Nº 193. 2003.

BARROS, Sebastián. *Orden, democracia y estabilidad. Discurso y política en la Argentina entre 1976 y 1991*. Córdoba: Alción. 2002.

BASUALDO, E. *Sistema político y modelo de acumulación de la Argentina*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes Ediciones. 2001(a).

BASUALDO, E. *Estudios de historia económica argentina, desde mediados de siglo XX a la actualidad*, Buenos Aires, FLACSO, Siglo XXI Editores. 2001(b).

BASUALDO, E. "Las reformas estructurales y el plan de convertibilidad durante la década de los noventa". *Revista Realidad Económica*. Nº 200. 2003.

BASUALDO, E. (2000). *Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la década del 90*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes Ediciones / FLACSO / IDEP.

BASUALDO, E. M. & **KULFAS**, M. "Fuga de capitales y endeudamiento externo en la Argentina". *Realidad Económica*. Nº. 173. 2000.

BASUALDO, E. *El proceso de privatización en la Argentina. La renegociación con las empresas privatizadas*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, FLACSO - IDEP. 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 2ªed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSHOWSKI, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

BIGLIERI, Paula. "El retorno del pueblo argentino: entre la autorización y la asamblea. La emergencia de la era kirchneirista." em *Studiae Politicae*, número 20. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba. 2010.

BÓRON, A. "Los axiomas de Anillaco. La visión de la política en el pensamiento y la acción de Carlos Saúl Menem" en Atilio Borón *et al.*, *El Menemato. Radiografía de dos años de gobierno de Carlos Menem*, Buenos Aires, Editora Letra Buena. 1991.

BORÓN, Atilio. "Crisis de las democracias y Movimientos Sociales en América Latina". En *Revista Osal*, ano VII, número 20. Buenos Aires: CLACSO. 2006.

BORÓN, Atilio. "Identidad, subjetividad y representación". En: Villanueva. Ernesto y Massetti Astor (org.), *Movimientos sociales en la Argentina de hoy*. Buenos Aires: Prometeo. 2007.

BOTANA, N. "Las transformaciones institucionales en los años del menemismo", em Ricardo Sidicaro e Jorge Mayer (comp.), *Política y Sociedad en los años del menemismo*, Buenos Aires, Oficina de Publicaciones del CBC. 1995.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; **GALA**, P. "Por que a poupança externa não promove o crescimento". *Revista de Economia Política*. volume 27, número 1, p: 3-19. janeiro de 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; **NAKANO**, Y. "Crescimento econômico com poupança externa?" *Revista de Economia Política*. volume 22, número 2, p: 3-27. abril de 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; **NAKANO**, Y. *Inflação e recessão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRESSER-PEREIRA, L. C. "A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?". *Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, Brasília. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/DES/98magna.pdf>. Consultado em 30/4/2012. 1990.

_____. “Dividir ou multiplicar? A distribuição da renda e a recuperação da economia brasileira”. *Visão*, 21 de novembro de 1970. Disponível em: www.bresserpereira.org.br. Consultado em 12/04/2012. 1970.

_____. *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. “Economic reforms and cycles of state intervention”. *World Development*. Volume 21 número 8, p: 1337-1353. 1993.

_____. “Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach”. *Brazilian Journal of Political Economy*. volume 28, número 1, p: 47-71. 2008.

_____. “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”. em: TOLEDO, C. N. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, p: 201-232. 2005.

_____. *Globalização e competição*. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 2010.

_____. “O Novo Desenvolvimentismo”. *Folha de S.Paulo*, 19 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>. Consultado em 12/04/2012. 2004.

_____. “O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional”. *São Paulo em Perspectiva*. número 20, volume 1, janeiro-março. Disponível: <http://www.bresserpereira.org.br>. Consultado em 12/04/2012. 2006 (a).

_____. “Do antigo ao novo-desenvolvimentismo”. Disponível: <http://www.bresserpereira.org.br>. Consultado em 12/04/2012. 2009.

_____. “A Argentina Aprendeu”. *Folha de S.Paulo*, 6 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>. Consultado em 04/12/2006. 2006 (b).

CANITROT, A. “La experiencia populista de distribución de renta”. *Desarrollo Económico* 15 (59), p: 331-351. 1975.

CANITROT, A. La viabilidad económica de la democracia: un análisis de la experiencia peronista 1973- 1976. *Estudios Sociales* N° 11, CEDES. Buenos Aires, Argentina. 1978.

CÁRDENAS, H.; **OCAMPO**, J. A.; **THORP**, R. (org.). *Na Economic History of Twentieth-century Latin América. Volume 1: The export age*. Londres: Palgrave-Macmillan, 2001.

CARDOSO, F. H.; **FALETTO**, E. *Dependency and Development in Latin América*. Berkeley: University of Califórnia Press. Edição original em espanhol, 1969.

CASSIOLATO, José; **LASTRES**, Helena. “Sistemas de inovação: políticas e perspectivas”. *Parcerias estratégicas*, n.8, maio/2000.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano”. *Revista Oikos*. Volume 8, numero 1, 2009.

CASTRO, Josué de; *Fome, Um Tema Proibido*. Última Edição: civilização Brasileira 2003.

CEPAL. Panorama Social da América Latina 2006. Fevereiro de 2007. (2006).

- CHANG**, H. J. *Kicking away the ladder*. Londres: Anthem Press, 2002.
- CHESNAIS**, F. *A mundialização financeira – Gênese, custo y desafios*, Losada, Buenos Aires. 1999.
- CIAFARDINI**, H. *La Argentina en el mercado mundial contemporáneo*. Ágora, Argentina. 1990.
- CIAFARDINI**, H. “Argentina 1976 – 1983: la estrategia de desindustrialización de la dictadura”, em *Crisis, inflación y desindustrialización en la Argentina dependiente*, Ágora, Buenos Aires. 1984.
- CISNEROS**, Andrés; **PIÑERO IÑIGUEZ**, Carlos. *Del ABC al MERCOSUR: la integración latinoamericana en la doctrina y praxis del peronismo*. Buenos Aires: Nuevohacer, pág. 603.2002.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL)**. *Current Conditions and Outlook – Economic Survey on Latin América and the Caribbean, 2005-2006*. Santiago: ONU. 2006.
- CONCEIÇÃO**, B. N. “Programa Empregador de Última Instância: Uma Análise do Caso Argentino num Contexto de Retomada de Crescimento – pós-2001”. Monografia. IE-UFRJ. 2007.
- CORIGLIANO**, Francisco. “La política exterior del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner: una típica políticaperonista del siglo XXI”. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, volume 2, número 1, pág. 22-27. 2011.
- CORTES**, Martin. “Movimientos sociales y Estado en el kirchnerismo. Tradición, autonomía y conflicto”. Ponencia presentada en el *I Congreso Nacional sobre Protesta Social, Acción Colectiva y Movimientos Sociales*, 30 y 31 de Marzo, Buenos Aires. 2009.
- DIAMAND**, M. “Towards a change in the economic paradigm through the experience of developing countries”, *Journal of Development Economics* 5 (1978) 19-53. 1978.
- DIAMAND**, M. “Hacia la superación de las restricciones al crecimiento econômico argentino”, CERE (Centro de Estudos da Realidade Econômica) e CONICET. 1988.
- DOMINGUES**, José Maurício; **MANEIRO**, Maria. *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- EICHENGREEN**, B. *The Real Exchange Rate and Economic Growth*, University of California, Berkeley, março, 2007.
- FERNANDES**, Florestan S. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FERNÁNDEZ DE KIRCHNER**, Cristina. *Discurso da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner na Assembléia Legislativa*. 10 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.ar/discursos/2940>. Consultado em 12/6/2012.
- FERNÁNDEZ DE KIRCHNER**, Cristina. *Discurso da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner 66ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas*. 21 de setembro de 2011.

Disponível em: <http://www.casarosada.gov.ar/discursos/25411-66o-asamblea-general-de-la-organizacion-de-lasnaciones-unidas-discurso-de-la-presidenta-de-la-nacion>. Consultado em 12/6/2012. 2011.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. *Palavras da presidenta Cristina Fernández de Kirchner, em reunião do MERCOSUL realizada em Montevideo, República Oriental do Uruguai*. 18 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.casarosada.gov.ar/discursos/2946>. Consultado em 12/6/2012. 2007.

FERNÁNDEZ, Ana Maria. *Política y subjetividad. Asambleas barriales y fábricas recuperadas*. Buenos Aires: Editorial Biblos. 2008.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERRER, Aldo. *Historia de la globalización: Orígenes Del orden econômico mundial*. 4ª reimpressão. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica. 2000.

_____. *La economía Argentina, desde sus Orígenes hasta principios del siglo XXI*. 4ª edição. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica. 2004 (1963).

_____. *Crisis y Alternativas de la política economía argentina*. Fondo de Cultura Económica, 1987.

FIORI, J. L. “O Brasil na mudança mundial: espaços em disputa”. em: *Margem Esquerda. Ensaíos Marxistas*, no. 4, São Paulo: Boitempo, outubro, 2004.

FFRENCH-DAVIS, R. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad*. 3ª edição. Santiago, Chile. Sáes Editor, 2003.

FRANK, A. G. “The development of underdevelopment”. *Monthly Review* 18 (4), p: 17-31. 1966.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 3ª edição. Companhia Editora Nacional. 1986.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. 2ª edição. Lia Editor. Rio de Janeiro. 1970.

GALBRAITH, J. Kenneth. *A era da incerteza*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

GROPPO, Alejandro. “Transformaciones políticas luego de la crisis de 2001-2003. Populismo y estabilidad de la democracia ‘nacional-popular’”. *Revista Hoy la Universidad*. ano 2, Nº 5. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba. 2011.

HILFERDING, R. *Finance Capital. A Study of the Latest Phase of Capitalist Development*. Ed. Tom Bottomore. Vienna, Wiener Volksbuchhandlung, 1910.

HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

HOBSON, J. A. *The Evolution of Modern Capitalism*. State Central Library, Hyderabad. 1906.

HOUREST, M. & **LOZANO**, C. “La democracia y el FMI: entre la mentira y el crimen. Interpretación de la crisis argentina”. *Revista Realidad Económica*. Nº 187. 30. 2006.

IBGE. www.ibge.gov.br

IMF (FMI). www.imf.org.

IMF. *IMF Loan Agreement Good for Argentina*. Por Thomas C. Dawson: Diretor do Departamento de Relações Externas – Fundo Monetário Internacional. 15 de setembro de 2001.

IMF. *The IMF and Argentina, 1991 – 2001*. Washington, DC: International Monetary Fund. 2004.

_____. *IMF Country Report* nº 05/236. Washington, DC: International Monetary Fund. 2005.

_____. *IMF Public Information Notice No. 06/93*. Washington, DC: International Monetary Fund. 2006.

INDEC. www.indec.ar.

KATZ, C. “Los nuevos desequilibrios de la economía argentina”. *Anuario EDI*, n. 5. Buenos Aires. Setembro de 2010.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

KINDLEBERGER, Charles P. *Desenvolvimento econômico*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1958.

KIRCHNER, Nestor. Discurso de Posse, 25 de maio de 2003, Buenos Aires. Disponível em <http://www.presidencia.gov.ar/discursos-2007/22774>. Consultado em 12/6/2012. 2003 (a).

KIRCHNER, Néstor. *Discurso do senhor Presidente da nação, doutor Néstor Kirchner, perante a honorável Assembléia Legislativa*. 1º de março de 2007. Disponível em <http://www.presidencia.gov.ar/discursos-2007/24414>. Consultado em 12/6/2012. 2007.

KIRCHNER, Nestor. Discurso pronunciado em ato de assinatura de acordo com docentes. 3 de junho de 2003, Buenos Aires. Disponível em <http://www.presidencia.gov.ar/discursos-2007/22893>. Consultado em 12/6/2012. 2003 (b).

KULFAS, M. & **SCHORR**, M. “Deuda y valorización financiera”, *Revista Realidad Económica*. Nº198. 2003.

LACLAU, Ernesto e **MOUFFE**, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Madrid: Siglo XXI. 1987.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2005.

LACLAU, Ernesto. *Misticismo retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2002.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* Buenos Aires: Nueva Visión. 2000.

LERNER, A. "Functional Finance and The Federal Debt". *Selected Economic Writings of Abba P. Lerner*. 1943.

LERNER, A. "Money as a Creature of the State", *The American Economic Review*, Vol. 37, No. 2, Papers and Proceedings of the Fifty-ninth Annual Meeting of the American Economic Association. pp. 312-317, maio, 1947.

LUDUEÑA, María Eugenia. "Todo o nada...estado y medios en pie de guerra". em: Rincón, Omar (org.). *¿Por qué nos odian tanto?. Estado y Medios de Comunicación en América Latina*. Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina Frederich Ebert Stiftung, Pág. 263-288. 2010.

MACEDO E SILVA, Antonio Carlos. *Macroeconomia sem equilíbrio*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

MAGRINI, Ana Lucía; **QUIROGA**, Maria Virginia. "A 10 años de diciembre de 2001: De la protesta social, luchas, desfiles y reinenciones de lo político". *Estúdios*, número 26. Julio-Diciembre, p: 59-79. 2011.

MARINI, R. M. "Subdesenvolvimento e revolução". em: BARSOTTI, P.; PERICÁS, B. América Latina. História, idéias e revolução. São Paulo: Xamã/NET, 1999.

MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. Edição em Línguas Estrangeiras. Marxist Internet Archive. 2010.

MECON. *Lineamientos Estratégicos para el Desarrollo Productivo de la Argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Producción, República Argentina. 2007.

MINSKY, Hyman P. *Stabilizing an unstable economy*, Yale University Press, New Haven and London. 1986.

NIMIÑA, Pablo. "Argentina: Camino Del Desendeudamiento (1991-2011)". *Análisis*. No 12. maio-agosto de 2012.

O'DONNEL, G. "Estado y Alianzas en la Argentina 1956 – 1976" Apresentado em um Simpósio sobre Estado e Desenvolvimento na América Latina, Universidade de Cambridge, Inglaterra. 1976.

PAIVA ABREU, M. *Ordem do Pogresso: 100 anos de Política Economia Republicana (1889-1989)*. Editora Campus. 1990.

PALTI, Elias. "Temporalidad y refutabilidad de los conceptos políticos". *Prismas*, número 9. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes. 2005.

PREBISCH, Raul. "Introduction: The economic development of Latin America and its principal problems". *Economic Survey of Latin América*, 1949, Santiago, Chile, ECLAC. Também publicado

em ECLAC, *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*, vol. 1, Cidade do Mexico, Fondo de Cultura Económica, (1949): 1998.

PREBISCH, Raul. *A crise do desenvolvimento argentino*. Vértice. São Paulo. 1986.

PREBISCH, Raul. *A dinâmica de desenvolvimento latino-americano*. Fundo de Cultura, 1963.

RAPOPORT, M. *Historia económica, política y social de la Argentina*. Buenos Aires, Macchi. 2004.

ROSTOW, W. W. "The stages of economic growth". *New Series*. Volume 12, número 1. 1959.

SCHORR, M. "Argentina muerte y resurrección". *Revista Realidad Económica*. Nº 211. 2005.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

SERFATI, C. *El papel activo de los grupos predominantemente industriales en la financiarización de la economía*, Buenos Aires, Losada. 2001.

SERRA, J. "Ensayos Criticos sobre el Desarrollo Latino americano". Fondo de Cultura Economica, México, 1973. Versão em português, revista e ampliada: *América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica*, Editora Paz e Terra, 1976. Editor.

SERRANO, F. & **FREITAS**, F. El supermultiplicador sraffiano y el papel de la demanda efectiva en los modelos de crecimiento, Circus 1, Revista argentina de Economía, Buenos Aires, Argentina, 2007.

TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira*". Segunda Edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1973.

TIGRE, Paulo Bastos; "Gestão da Inovação: A Economia da Tecnologia no Brasil". Elsevier Editora Ltda, 2006.

_____. "O foco em arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas". In: Lastres, Cassiolato e Maciel (Org.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Editora Relume Dumará, 2003.

UNESCO; *Direitos Humanos: novas dimensões e desafios*. Organizado por Janusz Symonides. Brasília, dezembro de 2003.

WILLIAMSON, John. *What Washington Means by Policy Reform*. em: Williamson, John (ed.): "Latin American Readjustment: How Much has Happened". Washington: Institute for International Economics. 1989.

WORLD BANK. *Economic Growth in the 1990s: learning from a decade of reform*. Washington, DC: World Bank. 2005.

WRAY, L. Randall. *Trabalho e moeda hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

